Estratégia
CONCURSOS

Aul

História Geral, do Brasil e do Mato Grosso p/ PM-MT (Oficial) Com Videoaulas - 2019

Professor: Paulo Bilynskyj, Rosy Freire (Equipe Sérgio Henrique), Sergio Henrique

SUMÁRIO

00. Bate Papo Inicial 2
1. O Antigo Regime 3
2. O Absolutismo e o Mercantilismo. 4
2.1. O Absolutismo e o Mercantilismo nos Principais Atores Internacionais da Época 11
3. Os Teóricos do Absolutismo. 14
3.1. Nicolau Maquiavel (1469 – 1527) 14
3.2. Thomas Hobbes (1588 -1679) 18
4. Exercícios 21
4.1. Referências Usadas nos Comentários das Questões 55
5. Considerações Finais. 58

00. Bate Papo Inicial

Olá querido amigo concurseiro. Está tentando ingressar no serviço público, uma área que atrai por várias razões: Tanto pela estabilidade e possibilidades de progressão na carreira quanto pelo viés cidadão de ocupar uma vaga de um cargo importante para a sociedade. São várias as motivações pelas quais você está tentando. Um salário melhor, estabilidade para cuidar da família... Enfim. São muitas coisas. E elas devem te acompanhar a todo o momento em sua preparação. É onde você encontrará **motivação** nas horas mais difíceis, quando até mesmo podemos ter a ideia absurda de desistir. A motivação é o combustível necessário para a sua preparação. Motivação associada à disciplina de estudos é a chave do sucesso.

Motivação, Disciplina e Estratégia. É o tripé do sucesso e estou aqui com a equipe **Estratégia Concursos** para levá-lo ao sucesso e alcançar seus objetivos. Vamos logo, pois não temos tempo a perder. Nosso tempo é valioso. Mas fique tranquilo. O nosso conteúdo tem uma quantidade razoável de assuntos, mas que distribuídos em muitas aulas, conseguiremos estudar tudo, bem detalhadamente, então pode conter a ansiedade. Tudo vai correr bem e foi devidamente distribuído para que você possa alcançar seu almejado sucesso. Leia e releia suas aulas. Faça e refaça seus exercícios. A repetição é a mãe do aprendizado. A memorização deve vir da repetição dos exercícios e do acúmulo das leituras. É a melhor forma de memorizar o conteúdo. Aos poucos e através da repetição. Caso você já domine o conteúdo teórico pode concentrar-se na resolução de exercícios. Para avaliações que demandam resultado a prática de questões é imprescindível e se tiver que priorizar alguma atividade, que seja a resolução e o estudo dos exercícios, mas lembre-se: o ideal é um ciclo completo: Leitura da teoria e prática dos exercícios.

Então vamos ao trabalho. É um convite aos estudos. Venha comigo. Vamos desmistificar a **História** e gabaritar a disciplina!

1. O ANTIGO REGIME

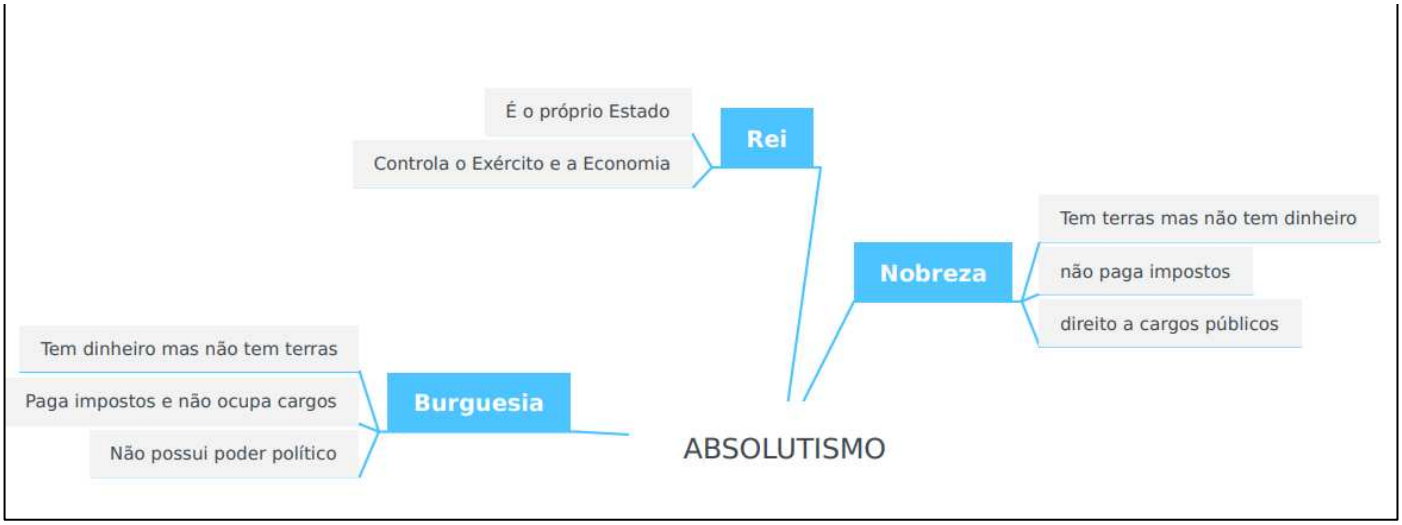
A Idade Moderna – ou Antigo Regime – é a divisão convencionada pelos historiadores para caracterizar a sociedade europeia entre os séculos XV e XVIII. Vai da tomada de Constantinopla pelos Turcos Otomamos em 1453 até a Revolução Francesa em 1789. Neste período, ocorreram transformações muito profundas na sociedade, economia e cultura. É um período curto de pouco mais de três séculos em que Europa rompeu com o modelo de mundo medieval: A monarquia descentralizada medieval deu lugar às poderosas monarquias nacionais com imperadores absolutos.

O capitalismo desenvolveu-se rapidamente e alastrou-se por todo o continente, e no século XV existiam novamente cidades que haviam desaparecido no período medieval. A Igreja Católica por mil anos foi à instituição mais poderosa da Europa e era inquestionável, até o surgimento das religiões protestantes que levaram a violentas perseguições e guerras religiosas. O Renascimento cultural foi toda uma transformação no ideal de mundo e estético do século XIV, XV e XVI ocorreram rupturas como as que citamos, mas também continuidades: por todo o Antigo Regime permaneceu a sociedade estamental (sem mobilidade entre os estamentos, que não estão ligados ao dinheiro) e a nobreza e o clero possuíam ainda privilégios medievais, então quem sustentava o Estado através dos impostos eram os plebeus, ou seja, desde o pobre camponês até o mais rico burguês.

2. O ABSOLUTISMO E O MERCANTILISMO.

Portugal é considerado o primeiro Estado Nacional moderno do mundo. Também pode ser chamado de Estado Absolutista, Estado Nacional Centralizado ou monarquias nacionais. Esta configuração política centralizada surgiu devido a uma associação da burguesia e a nobreza lusitana que em meio à crise sucessória portuguesa que ocorreu com a morte do soberano. O Rei D. Fernando I morreu e não deixou herdeiros. Dessa forma, o reino mergulhou em grandes problemas de sucessão e o risco de ser anexado pela Espanha que passou a reivindicar o trono, pois a rainha viúva de Portugal era de origem castelhana (Reino de Castela-Espanha) e sua filha casada com o Rei Espanhol. O risco de anexação que sofreu Portugal estimulou uma aliança da Burguesia (com muito capital, e com interesses de aproximar-se do poder político) com parte da nobreza lusitana tramaram uma jogada: Dom Fernando o rei morto possuía dois irmãos bastardos, e, portanto não era permitido pela lei, nem imaginável entrarem na linha de sucessão real. Um deles foi agraciado pelo pai com o título de Mestre da Ordem de Avis, uma ordem religiosa e militar, e foi aclamado pelas cortes portuguesas como sucessor do trono. Foi um escândalo! Ser bastardo (filho fora do casamento legítimo) foi um tipo de condição que no século XIV era considerada humilhante e indigna. Ocorreram vários conflitos armados entre os portugueses e espanhóis, até que foi Coroado em 1385, como Dom João I Mestre de Avis.

O novo soberano, de uma nova dinastia, centralizou o Estado e passou a ser parceiro da burguesia e organizou a legislação de forma a estimular o comércio. Estabeleceu impostos, leis e moedas nacionais (válidos em todo o território do país e não mais nos feudos somente), enquanto se beneficiou dos altos impostos que passou a receber e que se tornam a principal fonte de receita do reino. Há ainda na sociedade a organização em ordens herdada da Idade Média. O clero e a nobreza são os grupos sociais dominantes e a burguesia, assim como os camponeses são plebeus. Lembre-se que plebeu não é sinônimo de pobre, mas sim não nobre (não possui propriedades e títulos nobiliárquicos por direito de nascimento). Dessa forma tanto a rica burguesia quanto o pobre camponês são plebeus: pagam pesados impostos, não possuem nenhum tipo de privilégio social e político. A burguesia tinha riquezas, mas não poder. A partir da Revolução de Avis tem inicio na Europa um processo em que pouco a pouco a burguesia passou a tornar-se mais influente, mas sem direitos como os nobres.



Do encontro entre o Estado e a economia foi ganhando forma a política econômica **mercantilista**. Tem como uma de suas principais características o controle da economia pelo rei e a colonização de territórios e impor pactos coloniais. As riquezas provenientes da colônia sustentavam a vida luxuosa da corte e os gastos públicos e ajudaram a fortalecer o poder real e a consolidação do capitalismo.

HORA DE PRATICAR!

1. (Espcex (Aman) 2015) O absolutismo desenvolveu-se no ocidente europeu durante a Idade Moderna (séculos XV ao XVIII), favorecido, principalmente, pela(o)(s):

A) ~~falta de freio nas concepções morais~~ e nos costumes da época.

B) ~~fortalecimento da Igreja Católica~~ e pelos lucros auferidos pelas vitórias dos cruzados.

C) formação dos estados nacionais e transferência do eixo econômico do ~~Oceano Atlântico para o Mar Mediterrâneo~~.

D) riquezas obtidas pelos reis europeus na América, África e Ásia.

E) reforma protestante e ~~transferência do eixo econômico do Oceano Atlântico para o Mar Mediterrâneo.~~

Comentários

As riquezas provenientes da colônia pagavam altos impostos que custeavam a burocracia (aparelho administrativo) e os custos militares de equipar e treinar exército e marinha.

Gabarito: D

2. (FGV / 2015 - Modelo Militares) O Estado era tanto o sujeito como o objeto da política econômica mercantilista. O mercantilismo refletia a concepção a respeito das relações entre o Estado e a nação que imperava na época (séculos XVI e XVII). Era o Estado, não a nação, o que lhe interessava.

(Eli F. Heckscher, *La epoca mercantilista*, 1943, p. 459-461 *Apud* Adhemar Marques e et alii (seleção), *História moderna através de textos*, 1989, p. 85. Adaptado)

Segundo o autor,

A) as relações profundas entre o ~~Estado absolutista e o nacionalismo~~ levaram à intolerância e a tudo o que impedia o bem-estar dos súditos, unidos por regulamentações e normas rígidas.

B) as práticas econômicas intervencionistas do Estado absolutista tinham o objetivo específico de ~~enriquecer a nação~~, em especial, os comerciantes, que impulsionavam o comércio externo, base da acumulação da época.

C) o mercantilismo foi um sistema de poder, pois o Estado absolutista implantou práticas econômicas intervencionistas, cujo objetivo maior foi o fortalecimento do poder político do próprio Estado.

D) o Estado absolutista privilegiou sua aliada política, a nobreza, ao adotar ~~medidas não intervencionistas~~, para preservar a concentração fundiária, já que a terra era a medida de riqueza da época.

E) a nação, ~~compreendida como todos os súditos do Estado absolutista~~, era o alvo maior de todas as medidas econômicas, isto é, o intervencionismo está intimamente ligado ao nacionalismo.

Comentários

No final da Idade Média e início da Idade Moderna surgiram os Estados Nacionais Modernos na Europa a partir da aliança entre rei e burguesia. Este Estado Moderno necessitava de recursos para montar e equipar exército, montar e equipar a marinha, manter o aparato estatal, entre outros. Desta forma, o rei com seu poder (absolutismo) criou uma política econômica denominada de Mercantilismo para angariar recursos para o Estado. Dentro da perspectiva do Mercantilismo, o Estado interferia (intervencionismo) na economia através do protecionismo, buscava a balança comercial favorável bem como o metalismo, isto é, acumular metais preciosos. A questão exigia que o candidato dominasse os conceitos de Estado e Nação. O Estado de acordo com o sociólogo Max Weber é aquele que possui o monopólio legítmo (de acordo com a lei) da força e possui o exército e a polícia para garantir o cumprimento da lei. O Estado necessita no mínimo de um governo para uma população em um território. População ou povo não é sinônimo de nação, pois os primeiros são quantitativos e nação é qualitativo. Como assim? Nação é uma população que se identifica, normalmente possui a mesma lingua e códigos culturais, se identifica e pode pensar um futuro comum.

Gabarito: C

O mercantilismo, ou capitalismo comercial, não teve uma fundamentação teórica. Foi uma prática econômica dos Estados Europeus e da Burguesia. Não há um grande teórico do mercantilismo. Ele manifestou-se de forma diferente em cada país europeu. Em Portugal e na Espanha predominou o pensamento **bulionista**, também chamado de **metalismo**: A ideia de que a riqueza das nações é a quantidade de metais preciosos acumulados pelo Estado. Na França predominou as práticas do **Colbertismo** (do ministro da economia Colbert) que fundamentava a necessidade das exportações agrícolas e de produtos de luxo (com alto valor agregado).

Em geral podemos identificar como características gerais do mercantilismo:

- ✓ A interferência direta do Estado na Economia.
- ✓ Metalismo (bulionismo).
- ✓ Balança comercial favorável (superávit: quando as exportações superam as importações).
- ✓ Monopólios. Quando o estado concede o direito de exploração de alguma atividade a alguma pessoa ou grupo econômico.
- ✓ Colonialismo (para garantir matérias primas e mercados consumidores).
- ✓ Protecionismo: cobrança de altas **taxas alfandegárias** de produtos de outros países para estimular a produção no seu. Taxas altas para manufaturados e baixas para matérias primas, de forma a estimular a manufatura para ser exportada em seu país. Também a proibição de exportar matérias primas que pudessem beneficiar os países concorrentes.
- ✓ Incentivo à manufatura: estímulo à produção de determinados produtos e concessão de **monopólio** ao fabricante, impedindo a concorrência.

3. (Espcex (Aman) 2011) Uma das práticas mercantilistas europeias implicava na proibição de se exportar certas matérias- primas que poderiam favorecer o crescimento industrial em outros países, a fim de evitar possíveis concorrências. Tal prática ficou conhecida por

A) balança comercial favorável.

B) intervencionismo estatal.

C) metalismo.

D) colbertismo.

e) protecionismo.

Comentários

A) Superávit: exportar mais que importar.

B) Qualquer prática de intervenção do estado na economia).

C) Também conhecido como bulionismo, prática típica de Portugal e Espanha: A riqueza das nações é a quantidade de metais preciosos acumulados.

D) É a prática mercantilista francesa, em que o ministro da economia Colbert estimulava a produção de produtos manufaturados de luxo (possuem maior valor agregado).

E) Medidas tomadas para proteger seu produtor e a economia de seu país. Podem ser medidas como subsídios para os produtores, impostos altos e barreiras fitossanitárias nos concorrentes e proibição de vender produtos que pudessem beneficiar o país concorrente.

Gabarito: E

Vamos agora resolver uma questão que foi bastante exigente do ponto de vista conceitual. Exige que você compreenda que o mercantilismo se fortaleceu como prática econômica, fortalecendo os Estados absolutistas que incentivavam cada vez mais as manufaturas, as navegações e conquistas de colônias. Passou a ocorrer um processo de acúmulo de capital em que a burguesia passou a cada vez mais investir no trabalho como forma de produzir riqueza. Vou tentar simplificar. Na idade média não havia comércio nem grandes volumes de capitais (riqueza a ser investida para produzir mais riqueza). O trabalho era realizado nas corporações de ofício e o mestre trabalha e é dono de seus meios de produção (ferramentas). Com o desenvolvimento do capitalismo a separação entre capital (meios de produção) e trabalho passou a ocorrer de forma cada vez maior. Por exemplo, a burguesia tornou-se uma classe investidora e não mais realizava viagens por conta própria, mas contratava uma equipe de trabalho. Representava o capital, cada vez mais separado do trabalho (todo o trabalho humano necessário para a realização dos empreendimentos marítimos, por exemplo). Esta tendência da separação entre capital e trabalho foi aumentando na idade moderna até chegar ao seu momento máximo que é o desenvolvimento do capitalismo industrial, em que definitivamente o capital está dissociado do trabalho.

4. (Espcex (Aman) 2013) “Se por um lado o mundo medieval se encerrou em meio à crise, por outro, com o início da expansão marítima e o declínio do feudalismo, afirmou-se uma nova tendência: o capitalismo comercial.”

(VICENTINO, 2007)

Sobre capitalismo comercial, tendência econômica adotada por alguns Estados Nacionais Europeus da Idade Moderna, pode-se afirmar que

A) provocou o ~~êxodo urbano~~, especialmente na Inglaterra.

B) ~~subordinou, definitivamente, a economia urbana aos interesses agrários~~.

C) forçou o s~~urgimento de legislação destinada a organizar e proteger o trabalhador rural~~.

D) ~~monopolizou~~, já no século XV, nas mãos de empresários, as atividades produtivas urbanas, ~~fazendo desaparecer o artesanato, praticado em oficinas~~.

E) evoluiu para uma crescente separação entre capital e trabalho.

Gabarito: E

No absolutismo monárquico o rei concentra todos os poderes do Estado em si. Controla a economia, as relações políticas, interfere na religião e toda a vida social ao sabor de seus desejos. Como o próprio nome sugere os poderes do soberano eram absolutos. O exército tornou-se nacional, os impostos recolhidos em favor do soberano e não havia constituição.

O Estado moderno absolutista durou até o final do século XVIII quando ocorreu a revolução Francesa que criou uma nova forma de Estado, baseado nos princípios da divisão de poderes e participação popular. Durante o absolutismo, a burguesia fortaleceu-se economicamente e adquiriu grande influência, mas o rei manteve-a longe do poder político. A burguesia é uma classe econômica que surgiu dos plebeus e como tal não tinham privilégios políticos e pagavam altos impostos ao rei. A sociedade herdou o modelo de sociedade medieval em que o clero e nobreza possuíam privilégios, principalmente ocupar cargos públicos (políticos ou administrativos) e não pagar impostos. A nobreza continuava a explorar e submeter os camponeses aos seus domínios.

HORA DE PRATICAR!

5. (FGV - Modelo Militares) O paradoxo aparente do absolutismo na Europa ocidental era que ele representava fundamentalmente um aparelho de proteção da propriedade dos privilégios aristocráticos, embora, ao mesmo tempo, os meios pelos quais tal proteção era concedida pudessem assegurar *simultaneamente* os interesses básicos das classes mercantis e manufatureiras nascentes. Essencialmente, o absolutismo era apenas isto: um aparelho de dominação feudal recolocado e reforçado, destinado a sujeitar as massas camponesas à sua posição tradicional. Nunca foi um árbitro entre a aristocracia e a burguesia, e menos ainda um instrumento da burguesia nascente contra a aristocracia: ele era a nova carapaça política de uma nobreza atemorizada.

(Perry Anderson, *Linhagens do Estado absolutista*. p. 18 e 39. Adaptado)

Segundo Perry Anderson, o Estado absolutista

A) ~~não tinha força política para submeter os trabalhadores do campo~~ e a aristocracia com a cobrança de pesados impostos e, simultaneamente, oferecer participação política e vantagens econômicas para o crescimento da burguesia comercial e manufatureira.

B) ~~nunca se submeteu aos interesses da burguesia mercantil~~ e manufatureira em detrimento da aristocracia, mas, ao contrário, tornou-se um escudo de proteção dos camponeses contra o domínio feudal exercido por meio de pesados impostos.

C) garantiu, sob a sua proteção, o domínio econômico e político da aristocracia sobre os camponeses e, para sobreviver economicamente, atendeu aos interesses de expansão do mercado da burguesia mercantil e manufatureira, mas a afastou do poder político.

D) preservou a propriedade feudal e os ~~interesses dos camponeses~~, mas, para que isso se efetivasse, submeteu-se à pressão da burguesia mercantil e manufatureira ao aproximá-la do poder político, oferecendo cargos públicos a essa classe.

E) ~~não protegeu a aristocracia~~ nem os camponeses que, para sobreviverem, estabeleceram alianças pontuais com a burguesia comercial em ascensão econômica e com crescente participação política, com o intuito de obter acesso à terra.

Comentários

A tese de Perry Anderson sobre a formação do Absolutismo é: ele afirma que a instauração desse novo regime político nada mais fez do que reordenar a organização social existente, que contava com o domínio da nobreza (ou aristocracia) sobre os camponeses. A única novidade seria o apoio econômico fornecido pela burguesia, que passou a receber incentivos econômicos da realeza, mas não obteve participação política.

Gabarito: C

6. (FGV - Modelo Militares) Leia atentamente as afirmações abaixo, sobre mercantilismo, e assinale a alternativa correta.

I. São características essenciais do mercantilismo: o monopólio, o protecionismo e a balança comercial favorável.

II. O objetivo fundamental do mercantilismo, como política de acumulação de capitais, é a livre concorrência sem a intervenção do Estado-nação.

III. As medidas da política econômica mercantilista foram idênticas em todos os países da Europa durante os séculos XVI, XVII e XVIII. Errado.

IV. O Pacto Colonial está no contexto das práticas mercantilistas.

V. O insucesso da política mercantilista expressa-se pela permanência da política bulionista por três séculos.

A) apenas I e III estão corretas;

B) apenas II e IV estão corretas;

C) apenas II e V estão corretas;

D) apenas III e V estão corretas;

E) apenas I e IV estão corretas.

Comentários

I. Correto.

II. Errado. Intervenção do Estado, protecionismo e monopólios.

III. Cada país teve características particulares, e aspectos em comum. Por exemplo o bulionismo em Portugal e Espanha e na França o colbertismo.

IV. Correto. Uma das principais práticas era a conquista de colônias para garantir matérias primas e mercado consumidor.

V. Errado. Bulionismo ou metalismo permaneceu por 3 séculos. Isso é sucesso das práticas mercantilistas.

Gabarito: D

O poder econômico na idade moderna foi intimamente ligado ao poder político, que tradicionalmente estava ligado ao poder religioso. Na maior parte da Europa o Estado Moderno absolutista foi associado à Igreja Católica, como nas coroas Ibéricas (Portugal e Espanha) que do século XIV ao XIX estiveram associados à Igreja pelo regime de **Padroado** (a associação entre estado e Igreja).

2.1. O Absolutismo e o Mercantilismo nos Principais Atores Internacionais da Época

Neste tópico vou tocar em alguns temas que são complementares para o seu conhecimento. Sempre defendo que toda a informação é muito importante, mas para o nosso preparatório devemos focar bastante nos temas mais cobrados. Há exames que cobram o tema, mas não costuma cair nas provas militares e é um assunto cheio de detalhes, então vou guiá-lo pelos pontos mais relevantes para que você possa fazer ligações com as próximas aulas, como por exemplo, fazer a conexão entre a importância do absolutismo para as Grandes Navegações Europeias, para a Reforma Religiosa e para o Renascimento Cultural.

O absolutismo como já sabemos surgiu em Portugal. A origem do reino português remonta em 1139. Naquele momento a península Ibérica estava ocupada ao sul pelos Islâmicos e no norte haviam os reinos cristão de Leão, Castela, Navarra e Aragão.

A península Ibérica no século XII — A península Ibérica no século XIII

O Papa havia decretado as cruzadas e várias expedições partiram do ocidente, especialmente Inglaterra e França para dominar Jerusalém. Na Península Ibéria os Reinos Cristão empreenderam uma Cruzada interna, pois ela foi ocupada pelos árabes Islâmicos por quase 500 anos e o Reino de Leão protagonizou a Guerra de Reconquista – a expulsão dos Islâmicos. Foi neste contexto que o jovem nobre francês Henrique de Borgonha foi premiado (está lembrado do *comitatus* e do *beneficium*? Vale lembrar a aula 00) com um feudo: o condado Portucalense. Desde o início o condado lutou por maior autonomia e alargamento de suas fronteiras. O filho de D. Henrique de Borgonha, o coroado rei Dom Afonso Henrique conquistou a independência do reino em 1140. Inaugurou a primeira dinastia (família real) portuguesa, a dinastia de Borgonha (1140-1385) que durou até a Revolução de Avis. O Reino de Português nasceu sob o signo da Guerra e desde o inicio foi um Estado com tendências cada vez mais centralizadas. A burguesia comercial de Portugal era desenvolvida, pois lá era um importante entreposto comercial para as expedições que vinham do Mediterrâneo para o Mar do norte, e assim se desenvolveram as grandes cidades portuárias, principalmente a Cidade do Porto. E o reino centralizado (não era ainda absolutista) associado com a burguesia estimulou bastante o comércio e a criação de rotas. No século XIV a peste negra e as Jaquierries (Revoltas Camponesas) trouxeram problemas terríveis como, por exemplo, a altíssima mortalidade e a decadência das rotas comerciais terrestres, o que estimulou o desenvolvimento ainda maior das rotas comerciais marítimas. Agora você já conhece os antecedentes do absolutismo português, que estudamos no início da aula, que ocorreu com a Revolução de Avis.

A Espanha somente encerrou a sua Guerra de Reconquista em 1492. Após o estabelecimento da paz, o reino tornou-se também absolutista e iniciou a expansão marítima

espanhola com a viagem de circunavegação de Cristóvão Colombo. Navegou tardiamente, pois um dos principais fatores para as Grandes Navegações foi o Estado Centralizado que estimulou o comércio e a paz interna, que permitiu o desenvolvimento do comércio.

As navegações inglesas e francesas foram prejudicadas pela longa duração da Guerra dos 100 anos, que na verdade teve 116 anos. Após este conflito formou-se o absolutismo Inglês e Francês. A Holanda é um caso interessante. Tinha um comércio poderoso e uma rica burguesia comercial desde os tempos da nascente feira de Flandres. Haviam muitos judeus, principalmente depois que Portugal expulsou todos do país e forçou os que quisessem continuar a conversão. Estes ficaram conhecidos com "Cristãos Novos". A Holanda era parte da Espanha até que realizou a independência no final século XVI, e tornaram-se grandes inimigos do reino Espanhol. A Holanda, apesar de nunca ter tido um reino absolutista como Portugal, Espanha, França e Inglaterra, realizava grandes viagens comerciais e era uma grande potência econômica, principalmente como financiadores (eles, por exemplo, que financiaram a produção de açúcar no nordeste brasileiro), fornecedores de escravos e diversas especiarias que buscavam na Ásia e América e distribuíam no mercado interno europeu.

Vamos comentar brevemente sobre a Inglaterra e a França. Os Ingleses consolidaram o reino Absolutista com o Imperador Henrique VIII, o mesmo que fez a reforma religiosa e criou a Igreja Anglicana, e falaremos mais dela na aula de Reforma Religiosa. Ao longo dos séculos a Inglaterra desenvolveu junto com o absolutismo o "mercantilismo industrial", que privilegiava o investimento na produção de produtos manufaturados, de maior valor agregado. As guerras religiosas eram intensas e violentas, até o século XVII quando ocorreu a Revolução Puritana foram frequentes as perseguições do Estado Anglicano contra católicos e calvinistas (Puritanos). Foi no contexto da Revolução Puritana que subiu ao poder Oliver Cromwell, calvinista, e decretou os "Atos de Navegação" que davam o monopólio de navegação aos navios ingleses. Foi uma medida claramente mercantilista, ao conceder monopólios que serão questionados nos século XVIII por Adam Smith. Na França vale lembrarmos também que era palco de Guerras Religiosas violentas, até que o Rei Henrique IV promulgou em 1598, o "Édito de Nantes" que dava liberdade religiosa para os protestantes. Em 1685, o imperador Francês Luís XIV revogou o Édito de Nantes, que fez com que voltassem os conflitos religiosos. Ao fim deste tópico, gostaria somente que percebesse como está intimamente relacionado o Absolutismo com a expansão marítima, com a Reforma Religiosa (aprenderemos mais na aula) e em todos os grandes acontecimentos da Idade Moderna, como o Renascimento cultural. Vamos estudá-los detalhadamente nas próximas aulas. Agora vamos falar adiante de um teórico do absolutismo que representa muito bem o pensamento do homem do Renascimento: Nicolau Maquiavel.

3. Os Teóricos do Absolutismo.

ESQUEMATIZANDO

Este tópico é um aprofundamento teórico para compreender as discussões clássicas acerca do tema. Leia com o intuito de compreender o pensamento dos homens, que na época pensavam o Estado. Ajuda nas questões, mas não é o foco. Nunca caíram questões sobre estes teóricos, mas podem cair, pois são elementares. O mais importante aqui é contextualizar o pensador ao contexto e ver o que ele tem a dizer.

3.1. Nicolau Maquiavel (1469 – 1527)

Italiano da cidade de Florença, incorpora em termos políticos o espírito do renascimento sua principal obra, a que vamos analisar aqui é “O príncipe”. É um dos maiores teórico estudados no mundo e possui várias interpretações. Seu nome muitas vezes é interpretado como sinônimo de pessoas frias, traiçoeiras e ardilosas. Não há tanta verdade nisso, mas seu nome ficou associado

a estes comportamentos e frequentemente podemos ter dúvidas sobre o autor. Apesar de sua obra mais conhecida ser O Príncipe, possui vários outros escritos, entre eles um anterior que é considerado uma defesa ao republicanismo. Eis um dos temas que geram debate. Seu livro para alguns era uma defesa do absolutismo, para outros uma justificativa do absolutismo para sair da cadeia e recuperar seu cargo de diplomata, que foi perdido justamente por ter sido associado a ideais republicanas. Provavelmente nunca saberemos com clareza o que motivou a obra, mas podemos analisa-la com cuidado e tentar compreender o seu contexto.

O príncipe é um texto curto e escrito de forma textual e ideias muito objetivas. É de um gênero literário da época, que conhecemos como **espelhos de príncipes**, ou seja, eram obras que sugeriam comportamentos, como conselhos para o ato de governar dos soberanos. Todo o livro é um conselho sobre como governar, perigos e desafios. É tão pragmático e objetivo que é muito custoso determinar se é o que defendia como pensamento, ou simplesmente analisava o comportamento ideal para a manutenção do poder. Faz parte do debate.

O ponto central do pensamento de Maquiavel é inaugurar uma "**nova ética**", **a política, que seria diferente da ética religiosa**. A ética cristã se preocupa fundamentalmente com a salvação da alma e que o comportamento humano deve ser sempre bom, enquanto preocupação da ética política é a salvação da comunidade política, no contexto a salvação da cidade, que para isso o príncipe pode ser mau se necessário. Fundamentalmente coloca que o governante não precisa ser bom e possuir virtudes, mas que é importante que pareça que as possui. Se para manter a estabilidade e o poder do Estado ser necessário enganar ou usar da violência, não deve haver dilema ao governante e deve ser feito, pois **os fins do Estado justificam os meios usados para isso** (lembrando que é uma frase que sintetiza bem seu pensamento, mas ele não escreveu isso).

Para ele é diferente a conduta ética de um bom cristão e de um bom político, que para Maquiavel, muitas vezes o poder coloca o governante diante de situações que deve parecer quem não é, usando máscaras morais e de comportamento, pois se não possui virtudes admiradas, ao menos parece possuí-las. Foi diplomata em Florença e trabalhou diretamente para a família Bórgia, que ocuparam o papado italiano no fim do século XV. Foi uma família da nobreza que foram importantes elementos do clero. Rodrigo Bórgia foi papa e o contexto de sua chegada ao poder papal é recheado de polêmicas. Cesar Bórgia, o filho do papa, é protagonista de um exemplo de Maquiavel de que o governante deve ser cruel em determinados momentos. Diante de um inimigo político, Cesar Bórgia o parte ao meio com a espada no palácio papal. Na moral cristã matar é pecado e uma coisa má, em qualquer circunstância, mas na moral política ele agiu corretamente, pois com aquela morte evitara no contexto uma guerra civil que levaria milhares à morte.

Um dos capítulos do Príncipe questiona: "É melhor ser temido ou ser amado?" Para Maquiavel, se possuir os dois, melhor, mas que diante da necessidade de escolhas não há dúvidas: "ser temido, pois o amor pode ser desafiado, mas dificilmente desafia-se aquilo que teme."

✓ A virtú e a fortuna:

Maquiavel, em O Príncipe, separa a virtú (as virtudes propriamente ditas) e a fortuna (a sorte). Para ele o rei que se torna soberano e consegue isso através da prática de sua virtú constroem a sua própria fortuna. Torna-se governante com muitas dificuldades, mas no poder governa com maior estabilidade. Aqueles que somente pela fortuna tornaram-se príncipes, tiveram pouco ou nenhum trabalho para isso, mantêm-se no poder penosamente. Tais príncipes estão na dependência exclusiva da **vontade** e da **boa fortuna** de quem lhes concedeu o poder do Estado. Se matem sobre duas coisas volúveis e instáveis

Não pregou que o homem deva ser mau, mas que seja pragmático e se for necessária uma atitude considerada má, como a mentira ou a violência, ela deve ser tomada pelo Estado. Ele diz que se você quiser evitar uma atitude má para salvar a sua alma é uma opção sua, mas se a opção é a manutenção do poder, o que é bom para a política, para a cidade, não condiz com a lógica do que é bom para a alma. É considerado o pai da ciência política, pois foi o primeiro a estabelecer que a política possui sua lógica e ética próprias, separados da moral religiosa.

7. (FGV / 2003 - Modelos Militares) "Daqui nasce um dilema: é melhor ser amado que temido, ou o inverso? Respondo que seria preferível ser ambas as coisas, mas, como é muito difícil conciliá-las, parece-me muito mais seguro ser temido do que amado, se só se puder ser uma delas(...)."

(MAQUIAVEL, N., "O Príncipe". 2a ed., Trad., Mira-Sintra - Mem Martins, Ed. Europa-América, 1976, p.89.)

A respeito do pensamento político de Maquiavel, é correto afirmar:

A) Mantinha uma nítida vinculação entre a política e os princípios morais do cristianismo.

B) Apresentava uma clara defesa da representação popular e dos ideais democráticos.

C) Servia de base para a ofensiva da Igreja em confronto com os poderes civis na Itália.

D) Sustentava que o objetivo de um governante era a conquista e a manutenção do poder.

E) Censurava qualquer tipo de ação violenta por parte dos governantes contra seus súditos.

Comentários

A alternativa [A] está errada, pois Maquiavel foi o primeiro a separar os princípios religiosos dos políticos.

A [B] está claramente errada, pois era defensor do absolutismo.

A [C] está errada, pois seu pensamento em nada se vincula ao clero.

A [D] está corretíssima. O principal dever do príncipe é manter o poder do Estado, a qualquer custo.

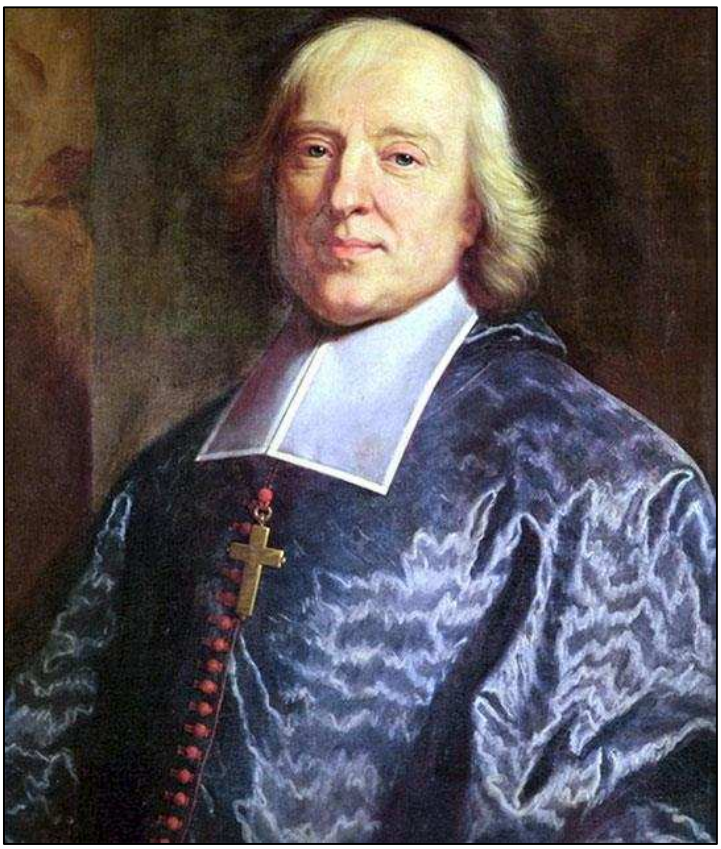
A [E] todos os fins de Estados justificam os meios usados, principalmente a violência.

Gabarito: D

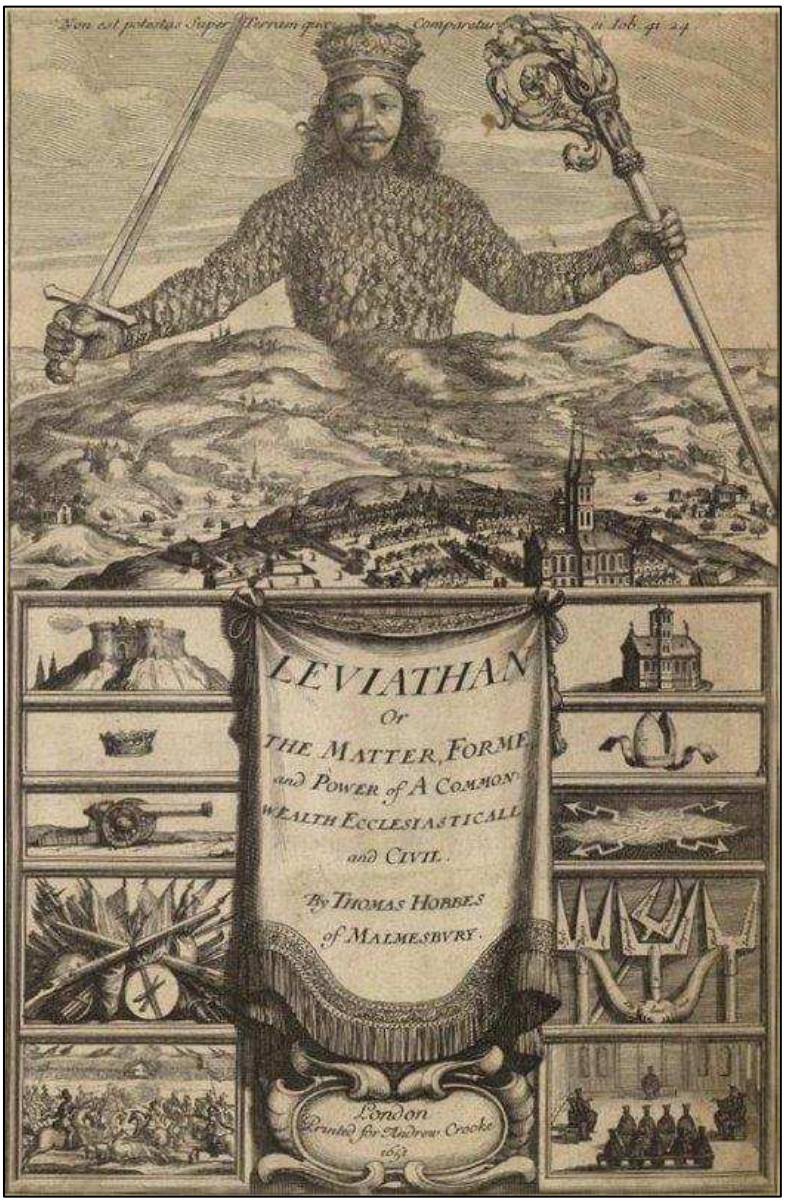
Para o ***bispo Jaques Bossuet:***

> *"todo o poder vem de Deus, e o rei por ser o maior representante do poder de Deus na terra deve ser dotado do poder máximo".*

Só seria poderoso porque é a vontade de Deus. Vamos agora nos centrar no principal dos teóricos do Estado Moderno Absolutista. Seu pensamento é a **Teoria do Direito Divino**.



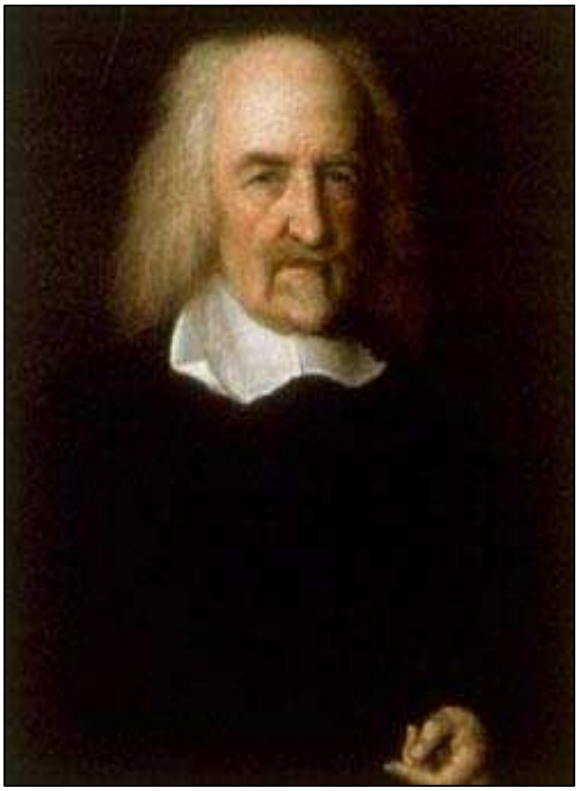
3.2. THOMAS HOBBES (1588 -1679)



Thomas Hobbes foi um dos mais importantes pensadores ingleses. Seu pensamento é pessimista em relação aos homens, pois acredita que sem o Estado para impor regras e garantir a segurança deveria haver um soberano com poderes totais para punir quem saísse da linha. Ele era um defensor do absolutismo monárquico, e o rei era o Estado.

✓ **Contratualismo:**

O Estado é um contrato entre o poder o os indivíduos. Hobbes é um teórico do absolutismo e o pensamento contratualista também é presente em vários filósofos que estudaremos, como os iluministas John Locke, Rousseau e Montesquieu.



Para Hobbes o homem em seu estado natural, ou seja, sem um Estado e sem leis que garantissem a propriedade, a segurança e normas de convivência, a vida seria impossível, pois a competição, insegurança e a violência seriam a regra. O homem é o lobo do próprio homem, diria Hobbes, e que a vida fora da sociedade seria curta, pobre, sórdida e embrutecida. Acreditava que a solução era colocar um indivíduo ou um parlamento poderoso no comando. Os indivíduos em seu estado de natureza seriam obrigados a estabelecer um "contrato social" e abririam a mão de suas liberdades em nome da segurança. Seu livro mais importante é o Leviatã, em que explica os passos necessários para sair do pesadelo do estado de natureza e ir para uma sociedade segura na qual a vida é suportável. O leviatã é um gigantesco monstro marinho e para Hobbes é uma referência ao grande poder do Estado.

HORA DE PRATICAR!

8. (Vunesp / 2011 - Modelos Militares) O fim último causa final e desígnio dos homens (...), ao introduzir aquela restrição sobre si mesmos sob a qual os vemos viver nos Estados, é o cuidado com sua própria conservação e com uma vida mais satisfeita. Quer dizer, o desejo de sair daquela mísera condição de guerra que é a consequência necessária (...) das paixões naturais dos homens, quando não há um poder visível capaz de os manter em respeito, forçando-os, por medo do castigo, ao cumprimento de seus pactos (...).

(Thomas Hobbes. *Leviatã*, 1651. In: Os pensadores, 1983.)

De acordo com o texto,

A) os homens são bons por natureza, mas a sociedade instiga a disputa e a competição entre eles.

B) as sociedades dependem de pactos internos de funcionamento que diferenciem os homens bons dos maus.

C) os castigos permitem que as pessoas aprendam valores religiosos, necessários para sua convivência.

D) as guerras são consequências dos interesses dos Estados, preocupados em expandir seus domínios territoriais.

E) os Estados controlam os homens, permitindo sua sobrevivência e o convívio social entre eles.

Comentários

Hobbes é defensor do Absolutismo como uma condição necessária à coexistência pacífica entre os homens; Hobbes considerava que o ser humano tendia ao conflito e à destruição coletiva (“estado de natureza”) se não fosse colocado sob a tutela de uma autoridade superior capaz de deter o caos através da força e coerção. Desse modo, acreditava que os próprios homens estabeleceram a sociedade civil e o Estado como um esforço no sentido de preservar a sua própria existência. A superação do “estado de natureza” só foi possível graças ao “contrato social” estabelecido entre os homens e mantido pelo Estado.

Gabarito: E

4. EXERCÍCIOS

QUESTÕES COMENTADAS

1. (Espcex (Aman) 2015)

O absolutismo desenvolveu-se no ocidente europeu durante a Idade Moderna (séculos XV ao XVIII), favorecido, principalmente, pela(o)(s):

A) falta de freio nas concepções morais e nos costumes da época.

B) fortalecimento da Igreja Católica e pelos lucros auferidos pelas vitórias dos cruzados.

C) formação dos estados nacionais e transferência do eixo econômico do Oceano Atlântico para o Mar Mediterrâneo.

D) riquezas obtidas pelos reis europeus na América, África e Ásia.

E) reforma protestante e transferência do eixo econômico do Oceano Atlântico para o Mar Mediterrâneo.

Comentários

A alternativa A é falsa, pois o freio das concepções morais e dos costumes era regulado pela Igreja, principalmente após o século XVI com a contrarreforma católica, que apertou o cerco com a retomada do Tribunal do Santo Ofício. De outro lado, o fato é que o que favoreceu o absolutismo é muito mais de ordem econômica e política do que moral.

A alternativa B também é falsa, pois o movimento das Cruzadas é datado entre os séculos XI e XIII. Portanto, alguns séculos antes do desenvolvimento do absolutismo europeu. Além disso, a Igreja Católica passava por um momento conturbado por causa da Reforma Protestante, sendo obrigada, por outro lado, a exercer o seu poder com as “mãos de ferro” do Tribunal do Santo Ofício.

A alternativa C está incorreta, de tal modo que é falso dizer que houve uma transferência do eixo econômico do Oceano Atlântico para o Mar Mediterrâneo, sendo que foi o contrário, tendo em vista as Grandes Navegações e o mercantilismo sustentado pelas Colônias da América, África e Ásia. Contudo, a formação dos Estados Nacionais está estritamente ligada á ascensão do absolutismo. Mas a alternativa não resposte ao enunciado, pois a proposição não está completamente certa.

A alternativa D está certa, uma vez que as colônias europeias na América, África e Ásia formaram os pilares econômicos centrais para a sustentação do Antigo Regime, caracterizado pelo campo político do absolutismo, que se sustentava pela doutrina econômica mercantilista. Com as expansões ultramarinas e as conquistas de novos territórios e rotas comerciais pelos Estados Nacionais da Europa, passou-se a existir a necessidade de criação de uma estrutura burocrática apta a administrar os assuntos desse novo Estado, sob nova orientação e necessidades econômicas, que já não poderia mais ser monopolizado pela nobreza feudal, que era mais

preocupada com a manutenção da classe social do que com os assuntos de Estado. A centralidade do poder estatal e colonial deveria recair sobre o Rei e somente sobre ele, sendo criada uma rede de poderes que gravitava em torno do Rei, onde o exercício das ordens reais passava a ser empregado por profissionais liberais e autônomos, que formavam uma nova classe social em ascendência, a burguesia, deixando de lado a nobreza feudal para fundar o modelo absolutista na administração do Estado e das Colônias.

A alternativa E também está incorreta, tal como a alternativa C, pois é falso dizer que houve uma transferência do eixo econômico do Oceano Atlântico para o Mar Mediterrâneo, sendo que foi o contrário. Mas as reformas religiosas, tanto a protestante quanto a católica, estiveram intimamente ligadas ao contexto do absolutismo, ao lado da acumulação de capital, a formação das nações, as expansões do imperialismo ultramarino e o advento da industrialização.

(CAMPOS, 2009).

Gabarito: D

---

2. (Espcex (Aman) 2013)

"Se por um lado o mundo medieval se encerrou em meio à crise, por outro, com o início da expansão marítima e o declínio do feudalismo, afirmou-se uma nova tendência: o capitalismo comercial."

(VICENTINO, 2007)

Sobre capitalismo comercial, tendência econômica adotada por alguns Estados Nacionais Europeus da Idade Moderna, pode-se afirmar que:

A) provocou o êxodo urbano, especialmente na Inglaterra.

B) subordinou, definitivamente, a economia urbana aos interesses agrários.

C) forçou o surgimento de legislação destinada a organizar e proteger o trabalhador rural.

D) monopolizou, já no século XV, nas mãos de empresários, as atividades produtivas urbanas, fazendo desaparecer o artesanato, praticado em oficinas.

E) evoluiu para uma crescente separação entre capital e trabalho.

Comentários

A alternativa A é falsa, pois o capitalismo comercial estimulou o crescimento urbano por causa da industrialização que substituiu o sistema artesanal familiar, resultando, na verdade, em um êxodo rural. A Inglaterra, precursora da Revolução Industrial, foi o maior exemplo disso.

A alternativa B também é falsa, pois o capitalismo comercial acabou por realizar o contrário do que se afirma, de tal modo que os interesses agrários é que passaram a ser subordinados à economia urbana, por causa do modelo industrial e do consequente crescimento das cidades.

A alternativa C também é falsa, uma vez que o trabalhador rural passa a ocupar um plano secundário com o capitalismo comercial, especialmente no universo legislativo, diferentemente do trabalhador operário das indústrias nas cidades.

A alternativa D está incorreta, de maneira que se é possível falar em um capitalismo comercial no século XV ainda é gestacional, ao passo que somente no século XVIII é que ocorre a primeira Revolução Industrial, que substituiria os métodos de produção artesanal e familiar para a produção por máquinas e a economia urbana.

A alternativa E é a resposta certa, uma vez que as estruturas administrativas dos novos Estados absolutistas modernos eram caracterizadas como um instrumento tipicamente burguês, segundo o plano de uma divisão do trabalho sistemática e hierárquica, podendo ser polarizada como: de um lado, aqueles que detinham a força de trabalho; e, de outro lado, aqueles que detinham os meios de produção advindos da posse do capital.

(PERRY ANDERSON, 1998 apud CAMPOS, 2009).

Gabarito: E

---

3. (Espcex (Aman) 2012)

Durante o mercantilismo, todos os produtos que chegavam à colônia ou saíam dela tinham que passar pela metrópole, caracterizando assim

A) o pacto colonial.

B) os Atos de Navegação.

C) a corveia.

D) o liberalismo econômico.

E) a balança comercial favorável.

Comentários

A alternativa A é a resposta certa. A colonização de Portugal na América se deu de acordo com a filosofia mercantilista, estabelecendo o chamado Pacto Colonial no século XVI, que era um sistema de leis impondo que a colônia só poderia exportar para Portugal ou para os mercadores que convinham a Portugal, do mesmo modo que importar apenas de Portugal. Esse regime de comércio é chamado de exclusivismo metropolitano, consistindo na acumulação de capital de forma protecionista, isto é, de forma a garantir que a colônia gerasse lucros para a metrópole.

A alternativa B é falsa, ao passo que os Atos de Navegação foram atos decretados pela Inglaterra no século XVII, determinando que as mercadorias importadas pelos países europeus só poderiam chegar a seus respectivos portos se fosse através de navios ingleses ou do país em questão. A medida resultou no completo poderio da Inglaterra sobre o comércio marítimo.

A alternativa C também é falsa, uma vez que as corveias eram obrigações feudais que consistia no pagamento através de serviços prestados nas terras ou instalações do senhor feudal ou do Rei. As corveias eram ditadas pela hierarquia piramidal da nobreza da Idade Média, ao passo que o mercantilismo é posterior e instaurador do absolutismo.

A alternativa D também é falsa, pois o liberalismo econômico é antagônico ao mercantilismo. Sendo que de um lado a concentração do poder está distribuído nas mãos dos burgueses e de outro na mão do déspota.

A alternativa E também é falsa, pois o termo balança comercial favorável é utilizado quando a balança comercial, isto é, quando as importações e exportações de bens entre os países está favorável, quando este exporta (vende para outros países) mais do que importa (compra de outros países). A balança comercial favorável apresenta vantagens para um país, pois atrai moeda estrangeira, além de gerar empregos dentro do país exportador.

(AS GRANDES DOUTRINAS ECONÔMICAS, 2018; PRADO, 2018).

Gabarito: A

---

4. (Espcex (Aman) 2011)

Uma das práticas mercantilistas europeias implicava na proibição de se exportar certas matérias-primas que poderiam favorecer o crescimento industrial em outros países, a fim de evitar possíveis concorrências. Tal prática ficou conhecida por

A) balança comercial favorável.

B) intervencionismo estatal.

C) metalismo.

D) colbertismo.

E) protecionismo.

Comentários

A alternativa A é falsa, pois o termo balança comercial favorável é utilizado quando a balança comercial, isto é, quando as importações e exportações de bens entre os países está favorável, quando este exporta (vende para outros países) mais do que importa (compra de outros países). A balança comercial favorável apresenta vantagens para um país, pois atrai moeda estrangeira, além de gerar empregos dentro do país exportador.

A alternativa B também é falsa, uma vez que o intervencionismo estatal diz respeito à interferência do Estado na atividade econômica do país, visando a regulação do setor privado, mas não implica na proibição da exportação.

A alternativa C também é falsa, pois o Metalismo foi um conjunto de medidas econômicas que foram colocadas em prática ao longo do período da transição feudalismo/capitalismo (século XV ao XVIII), caracterizadas por ser a doutrina que considerava a acumulação de metais preciosos como o principal meio de conservar e acumular riquezas.

A alternativa D também é falsa, uma vez que o colbertismo propunha que o volume de exportações fosse maior que o de importações para que se obtivesse uma balança comercial favorável, tal como postulou o francês Jean-Baptiste Colbert.

A alternativa E é a resposta certa. O protecionismo foi muito utilizado na Europa durante a fase do mercantilismo, entre os séculos XVII e XVIII. Os reis absolutistas criavam barreiras alfandegárias, aumentando os impostos de importação, dificultando a venda em seu território de matérias-primas vindas do exterior, pois os produtos estrangeiros encareciam muito. Na concorrência, os produtos nacionais ficavam sempre mais baratos, atraindo os consumidores. Este protecionismo visava também evitar a saída de moedas do território nacional. Neste período, alguns reis

chegavam a ser mais radicais, proibindo totalmente a entrada de produtos estrangeiros. Os mecanismos protecionistas eram: aumento da carga tributária sobre a importação de gêneros agrícolas e manufaturados; criação de diversas regras e normas para a entrada de produtos estrangeiros; utilização de subsídios para baratear os produtos nacionais.

(AS GRANDES DOUTRINAS ECONÔMICAS, 2018).

Gabarito: E

---

5. (FGV-RJ / 2017 - Modelo Militares)

Soberania popular, igualdade civil, igualdade perante a lei – as palavras hoje são ditas com tanta facilidade que somos incapazes de imaginar seu caráter explosivo em 1789. Não conseguimos nos imaginar num mundo mental como o do Antigo Regime...

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. Mídia, cultura e revolução. Trad., São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 30.

As sociedades europeias do chamado Antigo Regime baseavam-se

A) no princípio da igualdade social e econômica e no direito divino de seus monarcas.

B) na ordenação social hierárquica e em concepções filosóficas ligadas a religiões.

C) na perspectiva da desigualdade social e em doutrinas religiosas democráticas.

D) na liberdade de expressão religiosa e no sentimento nacionalista.

E) na efetivação da igualdade jurídica e na mentalidade clerical.

Comentários

A alternativa A está incorreta, pois no Antigo Regime não havia a ideia da igualdade social e econômica, mas sim uma hierarquia nobiliárquica que definia o status social distinguindo as pessoas pelo título de nobreza que traziam ou não. Por outro lado, o direito divino dos monarcas era uma das características do Antigo Regime. Mas a alternativa no todo não corresponde ao enunciado, portanto é falsa.

A alternativa B está certa. O termo Antigo Regime foi cunhado pelos franceses revolucionários do século XVIII, para designar um modelo governamental construído sobre bases hierárquicas compostas por classes bem definidas e estáticas. O Rei estava no degrau mais alto desta hierarquia sob o aspecto da teoria do direito divido, quando se acreditava que o Rei estava a obedecer à lei de Deus.

A alternativa C também está incorreta, uma vez que no Antigo Regime a noção de democracia é muito vaga, não havendo legitimidade perante as asserções absolutistas. De outro lado, a desigualdade social era escancarada, por definição da hierarquia nobiliárquica. Mas a alternativa no todo não corresponde ao enunciado, portanto é falsa.

A alternativa D também está incorreta, pois os déspotas do Antigo Regime europeu definiam uma religião oficial do Estado (catolicismo e/ou protestantismo), não havendo espaço para outra, senão a oficial. Já o sentimento nacionalista era incentivado no Antigo Regime, numa proposta aglutinadora que definia a unificação territorial do Estado. Mas a alternativa no todo não corresponde ao enunciado, portanto é falsa.

A alternativa E também está incorreta, ao passo que não havia igualdade jurídica no Antigo Regime, sendo a jurisdição imperativa, segundo a vontade e o interesse do Rei e da aristocracia que gravitava em torno dele. Todavia, a mentalidade de fato era clerical, ao ponto de haver a noção de direito divino. Mas a alternativa no todo não corresponde ao enunciado, portanto é falsa.

(CAMPOS, 2009).

Gabarito: B

---

6. (FGV / 2017 - Modelo Militares)

Perante esta sociedade, a burguesia está longe de assumir uma atitude revolucionária. Não protesta nem contra a autoridade dos príncipes territoriais, nem contra os privilégios da nobreza, nem, principalmente, contra a Igreja. (...) A única coisa de que trata é a conquista do seu lugar. As suas reivindicações não excedem os limites das necessidades mais indispensáveis.

Henri Pirenne. *História econômica e social da Idade Média*, 1978.

Segundo o texto, é correto afirmar que

A) a burguesia, nascida da própria sociedade medieval, nela não tem lugar; para conquistá-lo, suas reivindicações são a liberdade de ir e vir, elaborar contratos, dispor de seus bens, fazer comércio, liberdade administrativa das cidades, ou seja, não tem o objetivo de destruir a nobreza e o clero.

B) os burgueses, enriquecidos pelo comércio, reivindicam privilégios semelhantes aos da nobreza e do clero na sociedade moderna; acentuadamente revolucionários, os seus interesses significam título, terras e servos para garantirem um lugar compatível com sua riqueza.

C) o território da burguesia é o solo urbano, a cidade como sinônimo de liberdade, protegida da exploração da nobreza e do clero; para isso, cria o direito urbano, isto é, leis para o comércio, a justiça e a administração que, de forma revolucionária, asseguram-lhe um lugar na sociedade moderna.

D) a sociedade medieval tem um lugar específico para os burgueses, pois as liberdades, as leis, a justiça e a administração estão em suas mãos; tal situação tem o objetivo de brecar o poder político e econômico dos nobres e da Igreja, fortalecidos pela expansão da servidão e pelo declínio do comércio.

E) com exigências revolucionárias, como liberdade comercial, jurídica e territorial, a burguesia, cada vez mais rica, visa destruir a sociedade medieval; esta, por sua vez, barra a ascensão econômica e política da burguesia, ao fortalecer a servidão no campo e impedir as transações comerciais na cidade.

Comentários

A alternativa A é a resposta certa, uma vez que na sociedade medieval a burguesia ocupava lugar marginalizado, frente aos prestígios da nobiliarquia. A partir do momento em que a nobreza começa a ser desalojada das suas funções dentro da organização do Estado e começa a perder espaço para uma burguesia ascendente que gradualmente começa a ocupar cargos importantes

junto à organização deste Estado, a sociedade medieval passa a ceder espaço para uma sociedade burguesa que luta segundo a sua filosofia liberal.

A alternativa B é falsa, pois os burgueses reivindicam a igualdade de direitos e não privilégios semelhantes aos da nobreza e do clero. Além de que os seus interesses não significavam títulos, terras e servos para garantirem um lugar compatível com sua riqueza, mas aplicação da Lei de forma horizontal, sem distinção.

A alternativa C está incorreta, pois, apesar da burguesia se concentrar nas cidades, não é correto afirmar que a nobreza e o clero eram excluídas do território urbano, de tal forma que conviviam e por vezes os interesses podiam conflitar, mas não destruir um ou outro.

A alternativa D é falsa, ao passo que na sociedade medieval não haviam as liberdades, as leis, a justiça e a administração tal como passou a existir após a ascensão e as lutas burguesas. Sendo que o poder estava concentrado nas mãos do Rei e da aristocracia.

A alternativa E também é falsa, pois a fase descrita no enunciado da questão remete a um período anterior à ascensão burguesa, quando os interesses da burguesia eram muito limitados frente à hierarquia nobiliárquica, não havendo pretensões de ruptura extrema.

(D'ASSUNÇÃO BARROS, 2014).

Gabarito: A

---

7. (FGV / 2015 - Modelo Militares)

O Estado era tanto o sujeito como o objeto da política econômica mercantilista. O mercantilismo refletia a concepção a respeito das relações entre o Estado e a nação que imperava na época (séculos XVI e XVII). Era o Estado, não a nação, o que lhe interessava.

(Eli F. Heckscher, *La epoca mercantilista*, 1943, p. 459-461 *Apud* Adhemar Marques e et alii (seleção), *História moderna através de textos*, 1989, p. 85. Adaptado)

Segundo o autor,

A) as relações profundas entre o Estado absolutista e o nacionalismo levaram à intolerância e a tudo o que impedia o bem-estar dos súditos, unidos por regulamentações e normas rígidas.

B) as práticas econômicas intervencionistas do Estado absolutista tinham o objetivo específico de enriquecer a nação, em especial, os comerciantes, que impulsionavam o comércio externo, base da acumulação da época.

C) o mercantilismo foi um sistema de poder, pois o Estado absolutista implantou práticas econômicas intervencionistas, cujo objetivo maior foi o fortalecimento do poder político do próprio Estado.

D) o Estado absolutista privilegiou sua aliada política, a nobreza, ao adotar medidas não intervencionistas, para preservar a concentração fundiária, já que a terra era a medida de riqueza da época.

E) a nação, compreendida como todos os súditos do Estado absolutista, era o alvo maior de todas as medidas econômicas, isto é, o intervencionismo está intimamente ligado ao nacionalismo.

Comentários

A alternativa A está incorreta, de tal modo que a proposta dos Estados nacionais absolutistas era criar um sistema de poder e uma política de unificação nacional. Para tanto, a burocracia administrativa ganha corpo, uma força militar nacional é organizada para a proteção dos súditos, a justiça passa a ser unificada em todo o Estado, além de melhor proteger os direitos e deveres dos cidadãos.

A alternativa B é falsa, uma vez que a preocupação dominante dos mercantilistas foi a de conservar no país a maior quantidade possível do ouro e da prata provenientes das colônias, na convicção de que assim conseguiriam preservar a riqueza e o poderio do Estado. Para tanto, defendiam a intervenção do Estado no sentido de regular e proibir a saída e a entrada de produtos, sempre visando o poder do Estado.

A alternativa C está correta, pois o renascimento comercial da Idade Moderna esteve na base do enriquecimento dos Estados mais poderosos, institucionalizados pela empreitada mercantil, onde o poder se apresentava na forma de propriedade e de personalidade (absolutismo) a medida que o foco passa a ser a conquista dos pontos de acesso a áreas que possuíam bens comercializáveis e a riqueza das nações passa a ser medida pela quantidade e volume de prata e ouro acumulados, fortalecendo o poder político do Estado.

A alternativa D é falsa, uma vez que a aliança realizada pelo Estado absolutista se deu, em grande parte, com a classe burguesa. A burguesia apoiou de bom grado, pois se tratava de abolir as últimas regalias da feudalidade e alçar o poderio das cidades corporativas. Do mesmo modo que as medidas econômicas adotadas pelo Estado foram intervencionistas, visando o poder e o enriquecimento próprio. A terra também não é mais a medida de riqueza da época, mas a quantidade de metais preciosos acumulados.

A alternativa E também é falsa, pois a imagem clássica da formação estrutural do Estado absolutista está presente na obra “Leviatã”, do filósofo Thomas Hobbes, quando ele descreve que os súditos compõe o corpo do Estado, mas a cabeça que carrega a coroa e encarna a figura do Estado é o próprio Rei. Logo, o alvo maior de todas as medidas econômicas era o Estado, encarnado pelo Rei. Além do que, o intervencionismo visava o enriquecimento do Estado, não estando necessariamente ligado ao nacionalismo.

(SANTOS, 2005).

Gabarito: C

---

8. (FGV / 2014 - Modelo Militares)

São características das chamadas sociedades do Antigo Regime:

A) igualdade jurídica, valorização do trabalho manual e predomínio dos valores burgueses.

B) desigualdade jurídica, predomínio dos valores aristocráticos e desvalorização do trabalho manual.

C) desigualdade social, predomínio dos valores urbanos e anticlericalismo.

D) igualdade social, protestantismo e mentalidade aristocrática.

E) liberalismo econômico, desigualdade jurídica e ascensão das comunidades camponesas.

Comentários

A alternativa A é falsa, pois no período entre os séculos XV e XVIII, caracterizado pelo Antigo Regime, não havia igualdade jurídica, mas uma hierarquia nobiliárquica. O trabalho manual também passou a ser desvalorizado em razão da inicial modernização dos meios de produção, além dos valores aristocráticos que recusavam o labor. E os valores burgueses, por sua vez, foram justamente aqueles que desmontaram as estrutura do Antigo Regime.

A alternativa B é a resposta certa, uma vez que no Antigo Regime a desigualdade jurídica era escancarada, em nome dos direitos "naturais" da nobreza e do direito "divino" da realeza. Os valores eram aristocráticos por excelência, culminando na associação entre ócio e nobreza, uma vez que aqueles que eram mais abastados não trabalhavam, tendo como esteio o regime escravista ou de servidão.

A alternativa C está incorreta, apesar da grande desigualdade social que havia, não se pode afirmar que havia um predomínio de valores urbanos e anticlericais. O clero possuía privilégios incontestáveis, sob a pena dos tribunais da inquisição. Os valores eram aristocráticos, apesar de o renascimento urbano estar despontando e culminar na ascensão da burguesia. Mas, em se tratando do Antigo Regime, os valores sociais eram altamente aristocráticos.

A alternativa D também está incorreta, uma vez que não havia uma igualdade social e nem a predominância protestante, sendo que muitos Estados do Antigo Regime eram fundamentalmente católicos sob a proteção da Madre Igreja.

A alternativa E também está incorreta, de tal modo que o liberalismo econômico é contrário ao Antigo Regime e a ascensão provida foi da classe burguesa, não das comunidades camponesas.

Gabarito: B

---

9. (FGV / 2014 - Modelo Militares)

O paradoxo aparente do absolutismo na Europa ocidental era que ele representava fundamentalmente um aparelho de proteção da propriedade dos privilégios aristocráticos, embora, ao mesmo tempo, os meios pelos quais tal proteção era concedida pudessem assegurar *simultaneamente* os interesses básicos das classes mercantis e manufatureiras nascentes. Essencialmente, o absolutismo era apenas isto: um aparelho de dominação feudal recolocado e reforçado, destinado a sujeitar as massas camponesas à sua posição tradicional. Nunca foi um árbitro entre a aristocracia e a burguesia, e menos ainda um instrumento da burguesia nascente contra a aristocracia: ele era a nova carapaça política de uma nobreza atemorizada.

(Perry Anderson, *Linhagens do Estado absolutista*. p. 18 e 39. Adaptado)

Segundo Perry Anderson, o Estado absolutista

A) não tinha força política para submeter os trabalhadores do campo e a aristocracia com a cobrança de pesados impostos e, simultaneamente, oferecer participação política e vantagens econômicas para o crescimento da burguesia comercial e manufatureira.

B) nunca se submeteu aos interesses da burguesia mercantil e manufatureira em detrimento da aristocracia, mas, ao contrário, tornou-se um escudo de proteção dos camponeses contra o domínio feudal exercido por meio de pesados impostos.

C) garantiu, sob a sua proteção, o domínio econômico e político da aristocracia sobre os camponeses e, para sobreviver economicamente, atendeu aos interesses de expansão do mercado da burguesia mercantil e manufatureira, mas a afastou do poder político.

D) preservou a propriedade feudal e os interesses dos camponeses, mas, para que isso se efetivasse, submeteu-se à pressão da burguesia mercantil e manufatureira ao aproximá-la do poder político, oferecendo cargos públicos a essa classe.

E) não protegeu a aristocracia nem os camponeses que, para sobreviverem, estabeleceram alianças pontuais com a burguesia comercial em ascensão econômica e com crescente participação política, com o intuito de obter acesso à terra.

Comentários

A alternativa A é falsa, pois o Estado absolutista refletia a racionalidade arcaica na sua mais íntima estrutura, de tal modo que a aristocracia não pagava impostos. Além disso, a aliança com a burguesia comercial e manufatureira, apenas atendeu aos seus interesses de crescimento e vantagens econômicas, mas a afastou da participação política.

A alternativa B também é falsa, pois a burguesia passa a ser “pedra angular” das monarquias absolutistas em geral, sob a ascensão da dominação do capital, apontando para um futuro declínio da aristocracia.

A alternativa C está correta. Segundo o historiador Perry Anderson, a longa crise da economia e da sociedade europeia durante os séculos XIV e XV marcou as dificuldades e os limites do modo de produção feudal no último período da Idade Média. No curso do século XVI, o Estado absolutista emergiu. As monarquias centralizadas representavam uma ruptura decisiva com a soberania piramidal e parcelada das formações sociais medievais, com seus sistemas de propriedade e de vassalagem. Contudo, a controvérsia sobre a natureza histórica destas monarquias se apresentou no equilíbrio de classe entre a antiga nobreza feudal e a nova burguesia urbana. O fato é que a instauração desse novo regime político nada mais fez do que reordenar a sociedade existente, que contava com o domínio da nobreza sobre os camponeses. A novidade foi o apoio econômico fornecido pela burguesia, que passou a receber incentivos econômicos da realeza, mas não obteve participação política.

A alternativa D também é falsa, uma vez que a sociedade feudal é reformulada, mas as massas camponesas são mantidas estáticas. Além do que, a aliança com a burguesia garantiu apoio econômico e o consequente avanço do crescimento comercial, mas não cargos políticos.

A alternativa E também é falsa, de tal modo que a aristocracia foi protegida sob os interesses do acesso à terra. Contudo, essa aristocracia passou por profundas metamorfoses nos séculos que se seguiram ao fim da Idade Média: mas desde o principio até o final da história do absolutismo nunca foi desalojada de seu domínio do poder político.

(ANDERSON, 1998).

Gabarito: C

10. (FGV / 2013 - Modelo Militares)

Em 1939, atendendo ao apelo do Papa Pio XII, o Conselho de Imigração e Colonização do Ministério das Relações Exteriores do Brasil resolveu autorizar a entrada de 3 000 imigrantes de origem "semita". Condição *sine qua non* para obter "o visto da salvação": *a conversão ao catolicismo*. Pressionados pelos acontecimentos que marcavam a história do III Reich, os judeus, mais uma vez, foram obrigados a abandonar seus valores culturais em troca do título de cristão.

[Maria Luiza Tucci Carneiro, *O antissemitismo na Era Vargas (1930-1945)*]

A situação apresentada tem semelhança com o processo histórico da

A) permissão apenas do culto católico no Brasil, conforme preceito presente na primeira Constituição, de 1891.

B) repressão ao arraial de Canudos, no sertão baiano, pois recaiu sobre os sertanejos a acusação de ateísmo.

C) obrigatoriedade, conforme costume colonial, dos negros alforriados de conversão ao catolicismo para a obtenção da efetiva liberdade.

D) conversão obrigatória dos judeus na Espanha e em Portugal, a partir do final do século XV, o que gerou a denominação cristão-novo.

E) separação entre Estado e Igreja no Brasil, determinada pelo Governo Provisório da República, comandada por Deodoro da Fonseca.

Comentários

A alternativa A é falsa, pois foi na primeira Constituição do Império Brasileiro, datada de 1824, que a Religião Católica Apostólica Romana foi oficializada no Brasil independente, sendo as outras religiões proibidas de fazerem cultos exteriores, mas apenas cultos domésticos.

A alternativa B também é falsa, pois o arraial de Canudos tinha como religião "oficial" o catolicismo, sob orientação do líder Antônio Conselheiro.

A alternativa C também é falsa, uma vez que a conversão dos negros era obrigatória antes mesmo de uma possível alforria, de tal modo que seus cultos de religiões de matrizes africanas eram realizados às escondidas ou sob a apropriação de símbolos católicos que se relacionassem às suas crenças.

A alternativa D está correta, uma vez que uma das condições de apoio da Igreja Católica aos reinóis de Espanha e Portugal era a expulsão dos judeus de seus reinos ou a conversão forçada ao catolicismo, se quisessem permanecer no território. Em Portugal, o édito de 5 de dezembro de 1496 marca o surgimento dos cristãos-novos, que eram os judeus forçados à conversão, inclusive devendo trocar os nomes e sobrenomes de batismo.

A alternativa E também é falsa, pois ao ser considerado o Brasil como Estado laico, em 1890, não forçou nenhuma crença religiosa à conversão, mas o contrário, pelo menos em tese, respeitando as diferentes manifestações.

(BRASIL, 1824; PINHEIRO, 2015).

Gabarito: D

11. (FGV / 2015 - Modelo Militares)

Em 1497 o rei dom Manuel, não querendo perder uma valiosa parcela da população, [...] impôs o batismo obrigatório a praticamente todos os judeus, restringindo-lhes os meios de sair do país, escravizando os que continuaram judeus e apreendendo os filhos dos não convertidos.

SCHWARTZ, S. B. Cada um na sua lei. Tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico. São Paulo: Edusc/Cia. das Letras, 2009, p. 155.

Entre os desdobramentos da política do reino português com relação aos judeus, podemos citar:

A) A presença de cristãos-novos pode ser observada apenas em Portugal.

B) Os cristãos-novos obtiveram os mesmos direitos que os cristãos-velhos portugueses.

C) A Inquisição portuguesa direcionou-se mais aos delitos sexuais que à perseguição aos judeus.

D) O Brasil tornou-se possibilidade de refúgio aos judeus portugueses devido à vigilância crescente na metrópole.

E) Devido à ação rigorosa da Inquisição, a questão judaica foi rapidamente solucionada em Portugal.

Comentários

A alternativa A é falsa, pois cristão-novo era a designação dada aos judeus convertidos ao cristianismo não só em Portugal, mas também na Espanha.

A alternativa B também é falsa, pois os cristãos-velhos julgavam que entre os cristãos-novos não havia pureza de sangue, sendo discriminados e segregados.

A alternativa C também é falsa, de tal modo que o foco principal das inquisições espanhola e portuguesa era convertes forçadamente judeus e muçulmanos ao catolicismo, em parte porque esses grupos minoritários eram mais numerosos na Espanha e em Portugal do que em muitas outras partes da Europa.

A alternativa D é a resposta certa. A Inquisição entrou em Portugal algumas décadas após o decreto de D. Manuel, sendo instalada já no governo de D. João III. Nesse período, sob as ameaças de perseguição, os cristãos-novos, isto é, judeus recém-convertidos, haviam de procurar abrigo no Brasil, longe das vistas dos perseguidores na metrópole. Forçados pelas perseguições do Santo Ofício, desde que começou a funcionar em Lisboa, devem ser sem conta os judeus que abandonaram Portugal para viver no Brasil.

A alternativa E também é falsa, ao passo que apenas em 1779, no reinado de D. Maria I, que a Inquisição transformou-se em tribunal de Estado, acabando com a perseguição daquela instituição clerical, pelo menos entre os cristãos-novos.

(GARCIA, [1937]).

Gabarito: D

12. (FGV / 2014 - Modelo Militares)

Sobre as relações entre os reinos ibéricos e a expansão ultramarina, é correto afirmar que a

A) centralização do poder no reino português só ocorreu após a vitória contra os muçulmanos na guerra de Reconquista, o que garantiu o estabelecimento de alianças diplomáticas com os demais reinos ibéricos, condição para sanar a crise do feudalismo por meio da expansão ultramarina.

B) guerra de Reconquista teve papel importante na organização do Estado português, uma vez que reforçou o poder do rei como chefe político e militar, garantindo a centralização do poder, requisito para mobilizar recursos a fim de bancar a expansão marítima e comercial.

C) canalização de recursos, organizada pelo Estado português para a expansão ultramarina, só foi possível com a preciosa ajuda do capital dos demais reinos da península Ibérica na guerra de Reconquista, interessados em expulsar o invasor muçulmano que havia fechado o rentável comércio no Mediterrâneo.

D) expansão marítima e comercial precisou de recursos promovidos pelo reino português, ainda não unificado, que usou a guerra de Reconquista para garantir a sua unificação política contra os demais reinos ibéricos, que lutavam ao lado dos muçulmanos como forma de impedir o fortalecimento do futuro Estado luso.

E) vitória do reino de Portugal contra os muçulmanos foi garantida pela ajuda militar e financeira do Estado espanhol, já unificado, o que permitiu também a expansão marítima e comercial, condição essencial para o fim da crise do feudalismo na Europa Ocidental.

Comentários

A alternativa A é falsa, uma vez que Portugal consolidou um governo centralizado na pessoa do rei no longo processo das Guerras de Reconquista, que se estendeu do século VIII ao século XV. De tal forma que não é correto afirmar que a centralização do poder no reino português só ocorreu após a vitória contra os muçulmanos, pois foi ao longo do processo.

A alternativa B está correta, pois a afirmação do poder monárquico durante a Reconquista se deu pela superação do aspecto militar, por meio da reivindicação de uma supremacia jurídica, econômica e religiosa. No reinado de D. João II (1481-1495), as possessões ultramarinas no Atlântico se consolidaram como um importante instrumento nesse processo de destacamento da autoridade régia. Encerrava-se o sistema dos “grandes donatários” e o rei passou a delegar o povoamento e exploração das novas terras a uma nobreza de categoria inferior, a chamada “nobreza de serviço”. Foi nesse contexto que se iniciou uma nova etapa da expansão portuguesa.

A alternativa C também é falsa, ao passo que o comércio do Mar Mediterrâneo era dominado pelos italianos, principalmente comerciantes de Veneza e Gênova. Além disso, os principais recursos eram de capital burguês e da nobreza, interessados nos lucros que o negócio com o Oriente poderia trazer.

A alternativa D também é falsa, pois a Guerra de Reconquista se deu dos reinos ibéricos contra os muçulmanos. Além do mais, Portugal já era um Estado centralizado no fim da Reconquista.

A alternativa E também é falsa, a formação da Espanha se inicia com o casamento de Fernando, herdeiro do trono de Aragão, com Isabel, irmã do rei de Leão e Castela, o que uniu os três reinos. Em 1492, os exércitos de Fernando e Isabel apoderaram-se de Granada e expulsaram definitivamente os muçulmanos da península Ibérica, consolidando a monarquia espanhola.

(BONCIANI, 2014; SCHIAVINATO, 2009).

Gabarito: B

---

13. (FGV / 2013 - Modelo Militares)

Leia um fragmento do Ato de Navegação inglês de 1660.

Para o progresso do armamento marítimo e da navegação que soube a boa providência e proteção divina interessam tanto à prosperidade, à segurança e o poderio deste reino... nenhuma mercadoria será importada ou exportada dos países, ilhas, plantações ou territórios, pertencentes a Sua Majestade ou em possessão de Sua Majestade, na Ásia, América e África, noutros navios senão nos que sem nenhuma fraude pertencem a súditos ingleses, irlandeses ou gauleses, ou ainda a habitantes destes países, ilhas, plantações e territórios, e que são comandados por um capitão inglês e tripulados por uma equipagem com três quartos de ingleses...

(*English Historical Documents*)

A determinação inglesa pode ser considerada

A) liberal, uma vez que a interferência do Estado se resumira a estabilizar a entrada e a saída de mercadorias da nação.

B) fisiocrata, porque reforçou a tendência inglesa de buscar as rendas do Estado na produção agrícola.

C) iluminista, já que atendeu às demandas das camadas mais modernas da nobreza de terras e da burguesia industrial.

D) monopolista, visto que permitiu a livre circulação de mercadorias pela maior parte do continente europeu e da Ásia.

E) mercantilista, pois permitiu a proteção e a consequente prosperidade da marinha e do comércio britânicos.

Comentários

A alternativa A é falsa, pois a doutrina liberal é baseada na defesa da liberdade individual, nos campos econômico, político, religioso e intelectual, pregando a não intervenção do Estado na economia. O governo tem o dever de respeitar tais direitos e deve atuar principalmente para resolver disputas quando os interesses dos indivíduos se chocam.

A alternativa B também é falsa, pois a doutrina econômica e filosófica fisiocrata, datada do século XVIII, que se baseia no conhecimento e no respeito às leis naturais, considera a terra como única fonte de riqueza e defende o liberalismo econômico. É uma teoria econômica que surgiu para se opor ao mercantilismo, se apresentando como fruto de uma reação iluminista.

A alternativa C também é falsa, uma vez que o movimento conhecido como Iluminismo foi um influente processo cultural, social, filosófico e político que tem suas origens ainda no século XVII, mas se desenvolveu plenamente apenas durante o século seguinte, insurgindo contra os privilégios das classes privilegiadas e as explorações de parte esmagadora da população.

A alternativa D é incorreta, pois o texto deixa claro que havia uma restrição do mercado, avesso à livre circulação de mercadorias.

A alternativa E é a resposta certa. O mercantilismo inglês ganhou forma com o "1º Ato da Navegação", decretado em 1651 por Oliver Cromwell, o líder da breve experiência republicana inglesa (1649 – 1658). Ele fechou os portos, monopolizou o comércio nas mãos dos navegadores ingleses, oficializou a política de expansão colonial e entrou em guerra contra Espanha e Holanda pelo controle do Mar do Norte e do Caribe, tudo para impulsionar o mercantilismo inglês, favorecer a indústria naval e os mercadores.

(FIORI, 2006; GUERRA, 2018; PACIEVITCH, 2018; PISSURNO, 2018)

Gabarito: E

---

14. (FGV / 2012 - Modelo Militares)

Leia o fragmento.

(...) entre os séculos XVII e XVIII ocorreram fatos na França que é preciso recordar. Entre 1660-1680, os poderes comunais são desmantelados; as prerrogativas militares, judiciais e fiscais são revogadas; os privilégios provinciais reduzidos. Durante a época do Cardeal Richelieu (1585-1642) aparece a expressão "razão de Estado": o Estado tem suas razões próprias, seus objetivos, seus motivos específicos. A monarquia francesa é absoluta, ou pretende sê-lo. Sua autoridade legislativa e executiva e seus poderes impositivos, quase ilimitados, de uma forma geral são aceitos em todo o país. No entanto... sempre há um "no entanto". Na prática, a monarquia está limitada pelas imunidades, então intocáveis, de que gozam certas classes, corporações e indivíduos; e pela falta de uma fiscalização central dos amplos e heterogêneos corpos de funcionários.

Leon Pomer, *O surgimento das nações.* Apud Adhemar Marques et al, *História Moderna através de textos*.

No contexto apresentado, entre as "imunidades de que gozam certas classes", é correto considerar

A) os camponeses e os pequenos proprietários urbanos eram isentos do pagamento de impostos em épocas de secas ou de guerras de grande porte.

B) a burguesia ligada às transações financeiras com os espaços coloniais franceses não estava sujeita ao controle do Estado francês, pois atuava fora da Europa.

C) a nobreza das províncias mais distantes de Paris estava desobrigada de defender militarmente a França em conflitos fora do território nacional.

D) os grandes banqueiros e comerciantes não precisavam pagar os impostos devido a uma tradição relacionada à formação do Estado francês.

E) o privilégio da nobreza que não pagava tributos ao Estado francês, condição que contribuiu para o agravamento das finanças do país na segunda metade do século XVIII.

Comentários

A alternativa A é falsa, pois era sobre os ombros dos camponeses e comerciantes que recaia o peso de sustentação do reino francês, não havendo trégua na cobrança dos impostos, muito menos nos períodos de guerra, quando o aumento das cobranças era drástico.

A alternativa B também é falsa, uma vez que a burguesia era a denominação dos membros mais destacados do chamado Terceiro Estado francês. Eram divididos em pequenos burgueses (pequenos comerciantes, artesãos), uma camada média (composta de lojistas, profissionais liberais) e a alta burguesia (grandes banqueiros, comércio exterior). O Estado absolutista os controlava de perto, ao mesmo tempo em que se valia de seu capital, mas sem deixar que ocupassem cargos administrativos.

A alternativa C também é falsa, pois a concentração absoluta do poder do Estado nas mãos do Rei garantia a ele que por necessidade convocasse todo o arsenal necessário para suas batalhas, dentro ou fora da França.

A alternativa D também é falsa, uma vez que os grandes banqueiros e comerciantes faziam parte do Terceiro Estado, o qual sustentava a monarquia francesa.

A alternativa E é a resposta certa. Por séculos a nobreza francesa, chamada de Segundo Estado, e o clero, chamado de Primeiro Estado, não precisaram pagar impostos à coroa real, sendo tal encargo cobrado dos comerciantes e camponeses. No século XVIII, tal fato se tornou motivo de revolta em meio à burguesia e a plebe, que passaram a não aceitar essa desigualdade nas obrigações e direitos, num momento em que a miséria reinava nas ruas da França e o luxo era ostentado nos corredores dos palácios.

Gabarito: E

---

15. (FGV-RJ / 2010 - Modelo Militares)

A respeito do mercantilismo é correto afirmar:

A) Foi um conjunto de práticas e ideias econômicas que visava o enriquecimento dos Estados europeus por meio, principalmente, do metalismo, da exploração colonial, de práticas protecionistas e de uma balança comercial favorável.

B) Tratou-se de um conjunto de práticas e ideias religiosas desenvolvido nas regiões europeias de penetração protestante e associada, sobretudo, ao calvinismo e ao luteranismo.

C) Foi uma doutrina econômica desenvolvida na Inglaterra e que defendia o livre comércio, o fim das barreiras alfandegárias, o desenvolvimento industrial e a abolição das relações escravistas de produção.

D) Foi uma doutrina desenvolvida exclusivamente na Península Ibérica e sustentava que o desenvolvimento econômico era obtido graças ao comércio e à produção de gêneros agrícolas.

E) Tratou-se de um conjunto de ideias sociais que confrontava os privilégios da nobreza e do clero em defesa dos interesses dos setores mercantis e manufatureiros.

Comentários

A alternativa A é a resposta certa. O nome mercantilismo foi um conceito criado por Adam Smith em 1776, que era um economista britânico e mais importante teórico do liberalismo. Ele atribuiu tal prática econômica ao período que se estendeu entre o século XV e o seu, séc. XVIII. Segundo ele, o mercantilismo tinha por objetivo fortalecer o Estado e enriquecer a burguesia, para isso, era preciso ampliar a economia para dar mais lucro. Ocorreu então o metalismo, que era o acumulo de moedas dentro do país. Tal acumulo advinha das explorações empreendidas nas colônias. O recurso encontrado pelos países europeus foi aplicar uma balança comercial favorável para manter o equilíbrio monetário, que para eles era exportar mais e importar menos, o que é uma prática protecionista.

A alternativa B é falsa, ao passo que o mercantilismo não foi uma doutrina econômica praticada apenas por Estados de orientação religiosa protestante. Portugal e Espanha, por exemplo, eram fundamentalmente católicos, inclusive fazendo grandes alianças com a Igreja nas incursões em suas colônias.

A alternativa C também é falsa, apesar do mercantilismo ter sido praticado pelos ingleses, mas o que se afirma nesta alternativa não corresponde ao mercantilismo, mas sim ao liberalismo, especialmente do século XIX.

A alternativa D também é falsa, pois o mercantilismo não foi uma doutrina desenvolvida exclusivamente na Península Ibérica, uma vez que outros países do continente e mesmo os britânicos também o praticaram. Além disso, o que sustentava tal prática era o metalismo, o protecionismo e a balança comercial favorável.

A alternativa E está incorreta, uma vez que não se tratou de um conjunto de ideias sociais que confrontava os privilégios da nobreza e do clero, apensas. De tal modo que o mercantilismo pode ser identificado como uma doutrina política e econômica, que implicou no fortalecimento do Estado absolutista e no enriquecimento da burguesia.

(DIANA, 2009; GONÇALVES, 2018).

Gabarito: A

---

16. (Fgv / 2003 - Modelo Militares)

A respeito de Portugal durante a época Moderna, é CORRETO afirmar:

A) A montagem do vasto império ultramarino esteve ligada ao fortalecimento dos setores aristocráticos que dominavam os principais postos e funções do Estado lusitano.

B) A vinculação à monarquia espanhola durante a União Ibérica (1580-1640) estimulou o movimento republicano vitorioso na revolta de 1640.

C) Vantajosos tratados econômicos foram estabelecidos com a Inglaterra, desde o século XVII, o que garantiu a prosperidade da economia portuguesa durante a crise do Antigo Sistema Colonial.

D) Durante a União Ibérica (1580-1640), estreitou-se ainda mais a parceria entre os portugueses e os holandeses, que financiavam e distribuíam na Europa os produtos coloniais brasileiros.

E) Ao contrário das demais sociedades europeias, o Antigo Regime português caracterizou-se pela ausência de conflitos religiosos e pelo interesse na produção cultural estrangeira.

Comentários

A alternativa A está correta, uma vez que o Estado português teve seu início antes das grandes navegações e a formação do império ultramarino, quando no final do século XIV Portugal viveu uma revolução que lhe garantiu a união de forças mercantis e nobiliárquicas em defesa de sua autonomia, ameaçada pelo Reino de Castela. Portugal de tornou o primeiro Estado Moderno europeu. Isso contribuiu enormemente com o fortalecimento dos setores aristocráticos que dominavam os principais postos e funções do Estado lusitano. Desencadeando tempos depois nas grandes empreitadas marítimas e além-mar pelos lusitanos.

A alternativa B é falsa, apesar de ter ocorrido de fato a União Ibérica na História Moderna de Portugal e Espanha, o que houve não foi um movimento republicano em 1640, mas sim uma revolução separatista feita pela nobreza e a alta burguesia, que culminou na aclamação de D. João IV de Portugal, iniciando a dinastia de Bragança.

A alternativa C está incorreta, pois a Aliança Luso-Britânica era um fato que ocorria desde o século XIV, através de apoios políticos e militares. Entretanto, no século XVII, mais precisamente após a restauração do reino português e o fim da União Ibérica, o que ocorreu foi a liberdade de comércio aos ingleses nos domínios de Portugal, marcando mais tarde o início da predominância econômica inglesa.

A alternativa D é falsa, pois durante a União Ibérica o que houve, na verdade, foi uma crescente investida predatória dos holandeses às feitorias portuguesas no Oriente e na América.

A alternativa E também está incorreta, uma vez que em Portugal houve um grande movimento cultural interno, de tal modo que não pode ser caracterizado pelo interesse na produção cultural estrangeira. Diga-se de passagem, o Renascimento em Portugal foi bastante expressivo: nas ciências, com a Escola de Sagres formando especialistas em astronomia, matemática e tecnologia naval, que se estendia desde mapas a tratados de medicina, caracterizando seu pioneirismo nas explorações marítimas; na arquitetura, com o estilo manoelino e o barroco; na literatura, com Camões; além das artes, pintura, música e educação.

(SILVA, 1987).

Gabarito: A

---

17. (FGV / 2003 - Modelo Militares)

"Daqui nasce um dilema: é melhor ser amado que temido, ou o inverso? Respondo que seria preferível ser ambas as coisas, mas, como é muito difícil conciliá-las, parece-me muito mais seguro ser temido do que amado, se só se puder ser uma delas(...)."

(MAQUIAVEL, N., "O Príncipe". 2a ed., Trad., Mira-Sintra - Mem Martins, Ed. Europa-América, 1976, p.89.)

A respeito do pensamento político de Maquiavel, é correto afirmar:

A) Mantinha uma nítida vinculação entre a política e os princípios morais do cristianismo.

B) Apresentava uma clara defesa da representação popular e dos ideais democráticos.

C) Servia de base para a ofensiva da Igreja em confronto com os poderes civis na Itália.

D) Sustentava que o objetivo de um governante era a conquista e a manutenção do poder.

E) Censurava qualquer tipo de ação violenta por parte dos governantes contra seus súditos.

Comentários

A alternativa A é falsa, pois a política para Maquiavel tinha uma dimensão laica e dizia respeito às coisas do mundo e não da alma. De tal modo que a política devia se ater a valores próprios, que não se confundissem com a religião.

A alternativa B é falsa, uma vez que Maquiavel defendia a manutenção do regime monárquico, mas apenas nas situações de crise, de desigualdade social e de decadência das instituições, a fim de restaurar a organização do Estado. Uma vez superadas as crises institucional e social, Maquiavel acena para a instauração da República como forma de Estado adequado. Vale lembrar aqui, contudo, que República e Democracia são noções históricas distintas que só vieram a se confluir na contemporaneidade.

A alternativa C também é falsa, uma vez que Maquiavel desaprovava o modo de agir dos príncipes cristãos, que matavam e aterrorizavam em nome da vida eterna no céu, fazendo uso político da religião cristã. Pois, para ele, a política era essencialmente laica. Além disso, fazia severas críticas endereçadas aos dirigentes da Igreja, por causa dos maus exemplos, que geravam o enfraquecimento da fé, e a sede de poder, que gerava a ruína moral. Vindo até a escrever que a Igreja era o principal obstáculo à unificação da Itália.

A alternativa D é a resposta certa, uma vez que a concepção de Estado e de poder político em Maquiavel é considerada de tal forma que a finalidade ideal da ação política é a instituição, conquista ou manutenção e perpetuação do poder, quando esta estiver direcionada para o valor supremo da defesa do bem do Estado e quando a ética na vida pública se realiza plenamente, quando o homem político age em defesa do Estado, sendo sempre defensável o uso desses meios para essa defesa pública, não defendendo a apologia do uso gratuito da força.

A alternativa E também é falsa, pois Maquiavel entende que o bom governante, quando forçado pela necessidade, deve saber usar a violência visando o bem coletivo. Daí diferencia-se o tirano, que age violentamente puramente por capricho ou interesse próprio.

(AMES, 2006; COELHO; MENEZES, 2013; GAMEIRO, 2013; MEDEIROS, 2014; WINTER, 2006).

Gabarito: D

---

18. (FGV / 2003 - Modelo Militares)

O mercantilismo correspondeu a:

A) um conjunto de práticas e ideias econômicas baseadas em princípios protecionistas.

B) uma teoria econômica defensora das livres práticas comerciais entre os diversos países.

C) um movimento do século XVII que defendia a mercantilização dos escravos africanos.

D) uma doutrina econômica defensora da não intervenção do Estado na economia.

E) uma política econômica, especificamente ibérica de defesa de seus interesses coloniais.

Comentários

A alternativa A é a resposta certa. O mercantilismo foi o conjunto de práticas e ideias políticas e econômicas desenvolvidas na Europa no período da Idade Moderna. Seu objetivo era fortalecer o Estado e enriquecer a burguesia, para isso, era preciso ampliar a economia para dar mais lucro. Consideravam que a exportação traria riquezas e vantagens, começando assim uma competição comercial. O protecionismo foi uma teoria que pregava o favorecimento da atividade econômica interna, reduzindo e dificultando ao máximo a importação de produtos e a concorrência estrangeira, visando o equilíbrio monetário que para eles era exportar mais e importar menos. Tal teoria foi utilizada por praticamente todos os países, em maior ou menor grau.

A alternativa B é falsa, pois o mercantilismo conservava uma economia comercial definida sob uma forte intervenção do Estado na economia. O que se afirma nesta alternativa diz respeito ao modelo político e econômico liberal, que é contrário ao mercantilismo.

A alternativa C também é falsa, ao passo que o mercantilismo não se restringiu apenas ao século XVII, havendo historiadores que datam-no como um fato político e econômico que ocorreu entre os séculos XV e XVIII. Além disso, o mercado de escravos não era exatamente um ponto defendido pelos teóricos do mercantilismo, apesar de que países como Portugal, Espanha e Inglaterra, que eram mercantilistas neste período, terem utilizado demasiadamente a mão de obra escrava.

A alternativa D também é falsa, uma vez que a intervenção do Estado era a principal característica do modelo político e econômico mercantilista. Sendo que a não intervenção foi defendida mais tarde pelos liberais.

A alternativa E está incorreta, pois o mercantilismo não foi uma política econômica especificamente ibérica, uma vez que vários outros países europeus, como França, Inglaterra, Alemanha, etc., também se valeram da doutrina mercantilista.

(GONÇALVES, 2018).

Gabarito: A

---

19. (FGV / 2001 - Modelo Militares)

"O fim último, causa final de desígnio dos homens (que amam naturalmente a liberdade e o domínio sobre os outros), ao introduzir aquela restrição sobre si mesmos sob a qual os vemos viver nos Estados, é o cuidado com sua própria conservação e com uma vida mais satisfeita. Quer dizer, o desejo de sair daquela mísera condição de guerra que é a consequência necessária (...) das paixões naturais dos homens, quando não há um poder visível capaz de os manter em respeito, forçando-os, por medo do castigo, ao cumprimento de seus pactos e ao respeito àquelas leis da natureza (...)."

(HOBBES, Thomas. "Leviatã")

A partir do texto acima podemos afirmar que:

A) o fim último dos homens é a vida em liberdade e a guerra social;

B) para terem uma vida mais satisfeita e cuidarem de sua conservação, os homens têm que dominar uns aos outros;

C) por amar a liberdade, o homem tem que sair da condição de guerra, consolidando leis de forma democrática;

D) para se conservarem, os homens restringem a própria liberdade;

E) a democracia, como forma de governo é a única garantia da conservação dos homens frente ao estado de guerra total.

Comentários

A alternativa A é incorreta, pois o fim último dos homens, evidenciado no texto citado, é o cuidado com a sua própria conservação e com uma vida mais satisfeita, por isso optam por viverem sob as regras do Estado.

A alternativa B também está incorreta, ao passo que antes do contrato social, isto é, antes da instalação do Estado, os homens viviam no estado de natureza em uma guerra de todos contra todos, tal como foi descrito por Hobbes na obra "Leviatã". A criação e submissão ao contrato social é que garantiria a conservação e a satisfação da vida dos homens.

A alternativa C também está incorreta, pois a filosofia política de Thomas Hobbes não é democrática, mas absolutista, na medida em que ele afirma que é necessário um soberano que conduza e organize a vida social.

A alternativa D está correta, de tal modo que no estado de natureza os homens eram completamente livres, sem dependência ou submissão alguma, mas viviam numa guerra constante, quando todos corriam risco de morte. Desse modo, a vida em sociedade e a instauração de um contrato social que definiria as relações entre uns e outros foi fundamental para a conservação da própria vida humana, sem o risco da guerra constante. Mas, ao mesmo tempo, os homens foram privados da liberdade, em sentido amplo, uma vez que deveriam cumprir as regras coletivas deste contrato e se submeterem ao soberano para, então, conservarem a própria vida individual.

A alternativa E é falsa, pois a filosofia política de Thomas Hobbes não aposta na democracia como uma opção viável para a conservação dos homens. Para ele, era necessário um soberano absoluto que fosse capaz de conduzir e organizar a vida dos súditos.

Gabarito: D

---

20. (FGV / 2001 - Modelo Militares)

Leia atentamente as afirmações abaixo, sobre mercantilismo, e assinale a alternativa correta.

I. São característica essenciais do mercantilismo: o monopólio, o protecionismo e a balança comercial favorável.

II. O objetivo fundamental do mercantilismo, como política de acumulação de capitais, é a livre concorrência sem a intervenção do Estado-nação.

III. As medidas da política econômica mercantilista foram idênticas em todos os países da Europa durante os séculos XVI, XVII e XVIII.

IV. O Pacto Colonial está no contexto das práticas mercantilistas.

V. O insucesso da política mercantilista expressa-se pela permanência da política bulionista por três séculos.

A) apenas I e III estão corretas;

B) apenas II e IV estão corretas;

C) apenas II e V estão corretas;

D) apenas III e V estão corretas;

E) apenas I e IV estão corretas.

Comentários

A alternativa E é a resposta certa. A afirmação I é verdadeira, pois de fato o monopólio (não concorrência), o protecionismo (restrição da entrada de produtos estrangeiros e proteção de artigos e mercados nacionais) e a balança comercial favorável (agregação de bens e serviços advindos das trocas comerciais entre os países, desde que o saldo existente fosse positivo) são características essenciais do mercantilismo, compondo seu conjunto de medidas econômicas. A afirmação IV também é verdadeira, uma vez que o pacto colonial era peça importante do mercantilismo praticado pelas potências atlânticas.

As demais afirmações (II, III e V) são todas falsas. A afirmação II diz respeito ao modelo econômico liberal, que era contrário ao mercantilismo. A afirmação III comete um equivoco ao generalizar a política econômica mercantilista, pois o que a historiografia considera é que houve mais de um modelo de mercantilismo, vindo a dizer em mercantilismos, no plural, como o colbertismo na França e cameralismo na Alemanha, por exemplo. A afirmação V, por sua vez, é falsa ao afirmar sobre o insucesso, ao passo que foi justamente o sucesso do bulionismo que impulsionou o mercantilismo.

(GONÇALVES, 2018; RIOS, 1972; SILVA, 2007).

Gabarito: E

---

21. (Fgv / 1995 - Modelo Militares)

O metalismo, a doutrina da balança comercial favorável, o industrialismo, o protecionismo e o colonialismo constituem as características básicas do:

A) Neoliberalismo.

B) Intervencionismo.

C) Socialismo.

D) Liberalismo.

E) Mercantilismo.

Comentários

A alternativa A é falsa, pois o neoliberalismo é uma nova fase do capitalismo, que se impôs a partir do começo dos anos 1980. Destacam-se três características: 1) uma dinâmica mais favorável da mudança tecnológica e da rentabilidade; 2) a criação de rendas a favor das classes mais abastadas; e 3) a redução da taxa de acumulação.

A alternativa B também é falsa, pois o intervencionismo é um sistema político e econômico caracterizado pela produção desenvolvida pela iniciativa privada, mas regulada pelo Estado através de mecanismos interventivos, devendo o Estado assumir aquilo que a iniciativa privada não assumir.

A alternativa C também é falsa, de tal modo que o socialismo é um sistema que advoga a administração e propriedade pública ou coletiva dos meios de produção e distribuição de bens, propondo-se a construir uma sociedade caracterizada pela igualdade de oportunidades e meios para todos os indivíduos, com um método isonômico de compensação.

A alternativa D também é falsa, uma vez que a principal característica do liberalismo é a defesa do Estado mínimo, ou seja, a ideia de que o Estado deve intervir o mínimo possível, deixando à cargo da "mão invisível do mercado" a regulamentação das relações econômicas.

A alternativa E é a resposta certa, uma vez que se entende por Marcantilismo o conjunto de medidas econômicas caracterizadas pelos seguintes princípios: 1) metalismo – acumulação de estoques metálicos, entendidos como um meio de se alcançar à riqueza e a prosperidade; 2) teoria da balança comercial favorável – os mercantilistas compreendiam a importância das trocas comerciais entre os países, favorecidas pela formação de um comércio em escala mundial, desde que o saldo existente fosse positivo; 3) incentivo à indústria – trata-se de uma atividade essencial à política mercantilista, sendo, portanto, incentivada em larga escala por parte do Estado, tanto através de leis disciplinadoras do trabalho, como pela facilidade de aquisição de matérias-primas; 4) protecionismo alfandegário – trata-se de restringir ao máximo a entrada de produtos estrangeiros, objetivando a proteção do artigo nacional e dos mercados nacionais; 5) colonialismo – trata-se de um elemento fundamental na política mercantilista, uma vez que, através do monopólio se garantia a exclusividade comercial sobre as colônias.

(CENCI; BEDIN; FISCHER, 2011; DUMÉNIL; LÉVY, 2007; MARTINS, 2017).

Gabarito: E

LISTA DE QUESTÕES

1. (Espcex (Aman) 2015)

O absolutismo desenvolveu-se no ocidente europeu durante a Idade Moderna (séculos XV ao XVIII), favorecido, principalmente, pela(o)(s):

A) falta de freio nas concepções morais e nos costumes da época.

B) fortalecimento da Igreja Católica e pelos lucros auferidos pelas vitórias dos cruzados.

C) formação dos estados nacionais e transferência do eixo econômico do Oceano Atlântico para o Mar Mediterrâneo.

D) riquezas obtidas pelos reis europeus na América, África e Ásia.

E) reforma protestante e transferência do eixo econômico do Oceano Atlântico para o Mar Mediterrâneo.

2. (Espcex (Aman) 2013)

"Se por um lado o mundo medieval se encerrou em meio à crise, por outro, com o início da expansão marítima e o declínio do feudalismo, afirmou-se uma nova tendência: o capitalismo comercial."

(VICENTINO, 2007)

Sobre capitalismo comercial, tendência econômica adotada por alguns Estados Nacionais Europeus da Idade Moderna, pode-se afirmar que:

A) provocou o êxodo urbano, especialmente na Inglaterra.

B) subordinou, definitivamente, a economia urbana aos interesses agrários.

C) forçou o surgimento de legislação destinada a organizar e proteger o trabalhador rural.

D) monopolizou, já no século XV, nas mãos de empresários, as atividades produtivas urbanas, fazendo desaparecer o artesanato, praticado em oficinas.

E) evoluiu para uma crescente separação entre capital e trabalho.

3. (Espcex (Aman) 2012)

Durante o mercantilismo, todos os produtos que chegavam à colônia ou saíam dela tinham que passar pela metrópole, caracterizando assim

A) o pacto colonial.

B) os Atos de Navegação.

C) a corveia.

D) o liberalismo econômico.

E) a balança comercial favorável.

4. (Espcex (Aman) 2011)

Uma das práticas mercantilistas europeias implicava na proibição de se exportar certas matérias-primas que poderiam favorecer o crescimento industrial em outros países, a fim de evitar possíveis concorrências. Tal prática ficou conhecida por

A) balança comercial favorável.

B) intervencionismo estatal.

C) metalismo.

D) colbertismo.

E) protecionismo.

5. (FGV-RJ / 2017 - Modelo Militares)

Soberania popular, igualdade civil, igualdade perante a lei – as palavras hoje são ditas com tanta facilidade que somos incapazes de imaginar seu caráter explosivo em 1789. Não conseguimos nos imaginar num mundo mental como o do Antigo Regime...

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. Mídia, cultura e revolução. Trad., São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 30.

As sociedades europeias do chamado Antigo Regime baseavam-se

A) no princípio da igualdade social e econômica e no direito divino de seus monarcas.

B) na ordenação social hierárquica e em concepções filosóficas ligadas a religiões.

C) na perspectiva da desigualdade social e em doutrinas religiosas democráticas.

D) na liberdade de expressão religiosa e no sentimento nacionalista.

E) na efetivação da igualdade jurídica e na mentalidade clerical.

6. (FGV / 2017 - Modelo Militares)

Perante esta sociedade, a burguesia está longe de assumir uma atitude revolucionária. Não protesta nem contra a autoridade dos príncipes territoriais, nem contra os privilégios da nobreza, nem, principalmente, contra a Igreja. (...) A única coisa de que trata é a conquista do seu lugar. As suas reivindicações não excedem os limites das necessidades mais indispensáveis.

Henri Pirenne. *História econômica e social da Idade Média*, 1978.

Segundo o texto, é correto afirmar que

A) a burguesia, nascida da própria sociedade medieval, nela não tem lugar; para conquistá-lo, suas reivindicações são a liberdade de ir e vir, elaborar contratos, dispor de seus bens, fazer comércio, liberdade administrativa das cidades, ou seja, não tem o objetivo de destruir a nobreza e o clero.

B) os burgueses, enriquecidos pelo comércio, reivindicam privilégios semelhantes aos da nobreza e do clero na sociedade moderna; acentuadamente revolucionários, os seus interesses significam título, terras e servos para garantirem um lugar compatível com sua riqueza.

C) o território da burguesia é o solo urbano, a cidade como sinônimo de liberdade, protegida da exploração da nobreza e do clero; para isso, cria o direito urbano, isto é, leis para o comércio, a justiça e a administração que, de forma revolucionária, asseguram-lhe um lugar na sociedade moderna.

D) a sociedade medieval tem um lugar específico para os burgueses, pois as liberdades, as leis, a justiça e a administração estão em suas mãos; tal situação tem o objetivo de brecar o poder político e econômico dos nobres e da Igreja, fortalecidos pela expansão da servidão e pelo declínio do comércio.

E) com exigências revolucionárias, como liberdade comercial, jurídica e territorial, a burguesia, cada vez mais rica, visa destruir a sociedade medieval; esta, por sua vez, barra a ascensão econômica e política da burguesia, ao fortalecer a servidão no campo e impedir as transações comerciais na cidade.

7. (FGV / 2015 - Modelo Militares)

O Estado era tanto o sujeito como o objeto da política econômica mercantilista. O mercantilismo refletia a concepção a respeito das relações entre o Estado e a nação que imperava na época (séculos XVI e XVII). Era o Estado, não a nação, o que lhe interessava.

(Eli F. Heckscher, *La epoca mercantilista*, 1943, p. 459-461 *Apud* Adhemar Marques e et alii (seleção), *História moderna através de textos*, 1989, p. 85. Adaptado)

Segundo o autor,

A) as relações profundas entre o Estado absolutista e o nacionalismo levaram à intolerância e a tudo o que impedia o bem-estar dos súditos, unidos por regulamentações e normas rígidas.

B) as práticas econômicas intervencionistas do Estado absolutista tinham o objetivo específico de enriquecer a nação, em especial, os comerciantes, que impulsionavam o comércio externo, base da acumulação da época.

C) o mercantilismo foi um sistema de poder, pois o Estado absolutista implantou práticas econômicas intervencionistas, cujo objetivo maior foi o fortalecimento do poder político do próprio Estado.

D) o Estado absolutista privilegiou sua aliada política, a nobreza, ao adotar medidas não intervencionistas, para preservar a concentração fundiária, já que a terra era a medida de riqueza da época.

E) a nação, compreendida como todos os súditos do Estado absolutista, era o alvo maior de todas as medidas econômicas, isto é, o intervencionismo está intimamente ligado ao nacionalismo.

8. (FGV / 2014 - Modelo Militares)

São características das chamadas sociedades do Antigo Regime:

A) igualdade jurídica, valorização do trabalho manual e predomínio dos valores burgueses.

B) desigualdade jurídica, predomínio dos valores aristocráticos e desvalorização do trabalho manual.

C) desigualdade social, predomínio dos valores urbanos e anticlericalismo.

D) igualdade social, protestantismo e mentalidade aristocrática.

E) liberalismo econômico, desigualdade jurídica e ascensão das comunidades camponesas.

9. (FGV / 2014 - Modelo Militares)

O paradoxo aparente do absolutismo na Europa ocidental era que ele representava fundamentalmente um aparelho de proteção da propriedade dos privilégios aristocráticos, embora, ao mesmo tempo, os meios pelos quais tal proteção era concedida pudessem assegurar *simultaneamente* os interesses básicos das classes mercantis e manufatureiras nascentes. Essencialmente, o absolutismo era apenas isto: um aparelho de dominação feudal recolocado e reforçado, destinado a sujeitar as massas camponesas à sua posição tradicional. Nunca foi um árbitro entre a aristocracia e a burguesia, e menos ainda um instrumento da burguesia nascente contra a aristocracia: ele era a nova carapaça política de uma nobreza atemorizada.

(Perry Anderson, *Linhagens do Estado absolutista*. p. 18 e 39. Adaptado)

Segundo Perry Anderson, o Estado absolutista

A) não tinha força política para submeter os trabalhadores do campo e a aristocracia com a cobrança de pesados impostos e, simultaneamente, oferecer participação política e vantagens econômicas para o crescimento da burguesia comercial e manufatureira.

B) nunca se submeteu aos interesses da burguesia mercantil e manufatureira em detrimento da aristocracia, mas, ao contrário, tornou-se um escudo de proteção dos camponeses contra o domínio feudal exercido por meio de pesados impostos.

C) garantiu, sob a sua proteção, o domínio econômico e político da aristocracia sobre os camponeses e, para sobreviver economicamente, atendeu aos interesses de expansão do mercado da burguesia mercantil e manufatureira, mas a afastou do poder político.

D) preservou a propriedade feudal e os interesses dos camponeses, mas, para que isso se efetivasse, submeteu-se à pressão da burguesia mercantil e manufatureira ao aproximá-la do poder político, oferecendo cargos públicos a essa classe.

E) não protegeu a aristocracia nem os camponeses que, para sobreviverem, estabeleceram alianças pontuais com a burguesia comercial em ascensão econômica e com crescente participação política, com o intuito de obter acesso à terra.

10. (FGV / 2013 - Modelo Militares)

Em 1939, atendendo ao apelo do Papa Pio XII, o Conselho de Imigração e Colonização do Ministério das Relações Exteriores do Brasil resolveu autorizar a entrada de 3 000 imigrantes de origem "semita". Condição *sine qua non* para obter "o visto da salvação": *a conversão ao catolicismo*. Pressionados pelos acontecimentos que marcavam a história do III Reich, os judeus, mais uma vez, foram obrigados a abandonar seus valores culturais em troca do título de cristão.

[Maria Luiza Tucci Carneiro, *O antissemitismo na Era Vargas (1930-1945)*]

A situação apresentada tem semelhança com o processo histórico da

A) permissão apenas do culto católico no Brasil, conforme preceito presente na primeira Constituição, de 1891.

B) repressão ao arraial de Canudos, no sertão baiano, pois recaiu sobre os sertanejos a acusação de ateísmo.

C) obrigatoriedade, conforme costume colonial, dos negros alforriados de conversão ao catolicismo para a obtenção da efetiva liberdade.

D) conversão obrigatória dos judeus na Espanha e em Portugal, a partir do final do século XV, o que gerou a denominação cristão-novo.

E) separação entre Estado e Igreja no Brasil, determinada pelo Governo Provisório da República, comandada por Deodoro da Fonseca.

11. (Fgv / 2015 - Modelo Militares)

Em 1497 o rei dom Manuel, não querendo perder uma valiosa parcela da população, [...] impôs o batismo obrigatório a praticamente todos os judeus, restringindo-lhes os meios de sair do país, escravizando os que continuaram judeus e apreendendo os filhos dos não convertidos.

SCHWARTZ, S. B. Cada um na sua lei. Tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico. São Paulo: Edusc/Cia. das Letras, 2009, p. 155.

Entre os desdobramentos da política do reino português com relação aos judeus, podemos citar:

A) A presença de cristãos-novos pode ser observada apenas em Portugal.

B) Os cristãos-novos obtiveram os mesmos direitos que os cristãos-velhos portugueses.

C) A Inquisição portuguesa direcionou-se mais aos delitos sexuais que à perseguição aos judeus.

D) O Brasil tornou-se possibilidade de refúgio aos judeus portugueses devido à vigilância crescente na metrópole.

E) Devido à ação rigorosa da Inquisição, a questão judaica foi rapidamente solucionada em Portugal.

12. (FGV / 2014 - Modelo Militares)

Sobre as relações entre os reinos ibéricos e a expansão ultramarina, é correto afirmar que a

A) centralização do poder no reino português só ocorreu após a vitória contra os muçulmanos na guerra de Reconquista, o que garantiu o estabelecimento de alianças diplomáticas com os demais reinos ibéricos, condição para sanar a crise do feudalismo por meio da expansão ultramarina.

B) guerra de Reconquista teve papel importante na organização do Estado português, uma vez que reforçou o poder do rei como chefe político e militar, garantindo a centralização do poder, requisito para mobilizar recursos a fim de bancar a expansão marítima e comercial.

C) canalização de recursos, organizada pelo Estado português para a expansão ultramarina, só foi possível com a preciosa ajuda do capital dos demais reinos da península Ibérica na guerra de Reconquista, interessados em expulsar o invasor muçulmano que havia fechado o rentável comércio no Mediterrâneo.

D) expansão marítima e comercial precisou de recursos promovidos pelo reino português, ainda não unificado, que usou a guerra de Reconquista para garantir a sua unificação política contra os demais reinos ibéricos, que lutavam ao lado dos muçulmanos como forma de impedir o fortalecimento do futuro Estado luso.

E) vitória do reino de Portugal contra os muçulmanos foi garantida pela ajuda militar e financeira do Estado espanhol, já unificado, o que permitiu também a expansão marítima e comercial, condição essencial para o fim da crise do feudalismo na Europa Ocidental.

13. (FGV / 2013 - Modelo Militares)

Leia um fragmento do Ato de Navegação inglês de 1660.

Para o progresso do armamento marítimo e da navegação que soube a boa providência e proteção divina interessam tanto à prosperidade, à segurança e o poderio deste reino... nenhuma mercadoria será importada ou exportada dos países, ilhas, plantações ou territórios, pertencentes a Sua Majestade ou em possessão de Sua Majestade, na Ásia, América e África, noutros navios senão nos que sem nenhuma fraude pertencem a súditos ingleses, irlandeses ou gauleses, ou ainda a habitantes destes países, ilhas, plantações e territórios, e que são comandados por um capitão inglês e tripulados por uma equipagem com três quartos de ingleses...

(*English Historical Documents*)

A determinação inglesa pode ser considerada

A) liberal, uma vez que a interferência do Estado se resumira a estabilizar a entrada e a saída de mercadorias da nação.

B) fisiocrata, porque reforçou a tendência inglesa de buscar as rendas do Estado na produção agrícola.

C) iluminista, já que atendeu às demandas das camadas mais modernas da nobreza de terras e da burguesia industrial.

D) monopolista, visto que permitiu a livre circulação de mercadorias pela maior parte do continente europeu e da Ásia.

E) mercantilista, pois permitiu a proteção e a consequente prosperidade da marinha e do comércio britânicos.

14. (FGV / 2012 - Modelo Militares)

Leia o fragmento.

(...) entre os séculos XVII e XVIII ocorreram fatos na França que é preciso recordar. Entre 1660-1680, os poderes comunais são desmantelados; as prerrogativas militares, judiciais e fiscais são revogadas; os privilégios provinciais reduzidos. Durante a época do Cardeal Richelieu (1585-1642) aparece a expressão "razão de Estado": o Estado tem suas razões próprias, seus objetivos, seus motivos específicos. A monarquia francesa é absoluta, ou pretende sê-lo. Sua autoridade legislativa e executiva e seus poderes impositivos, quase ilimitados, de uma forma geral são aceitos em todo o país. No entanto... sempre há um "no entanto". Na prática, a monarquia está limitada pelas imunidades, então intocáveis, de que gozam certas classes, corporações e indivíduos; e pela falta de uma fiscalização central dos amplos e heterogêneos corpos de funcionários.

Leon Pomer, *O surgimento das nações.* Apud Adhemar Marques et al, *História Moderna através de textos*.

No contexto apresentado, entre as "imunidades de que gozam certas classes", é correto considerar

A) os camponeses e os pequenos proprietários urbanos eram isentos do pagamento de impostos em épocas de secas ou de guerras de grande porte.

B) a burguesia ligada às transações financeiras com os espaços coloniais franceses não estava sujeita ao controle do Estado francês, pois atuava fora da Europa.

C) a nobreza das províncias mais distantes de Paris estava desobrigada de defender militarmente a França em conflitos fora do território nacional.

D) os grandes banqueiros e comerciantes não precisavam pagar os impostos devido a uma tradição relacionada à formação do Estado francês.

E) o privilégio da nobreza que não pagava tributos ao Estado francês, condição que contribuiu para o agravamento das finanças do país na segunda metade do século XVIII.

15. (FGV-RJ / 2010 - Modelo Militares)

A respeito do mercantilismo é correto afirmar:

A) Foi um conjunto de práticas e ideias econômicas que visava o enriquecimento dos Estados europeus por meio, principalmente, do metalismo, da exploração colonial, de práticas protecionistas e de uma balança comercial favorável.

B) Tratou-se de um conjunto de práticas e ideias religiosas desenvolvido nas regiões europeias de penetração protestante e associada, sobretudo, ao calvinismo e ao luteranismo.

C) Foi uma doutrina econômica desenvolvida na Inglaterra e que defendia o livre comércio, o fim das barreiras alfandegárias, o desenvolvimento industrial e a abolição das relações escravistas de produção.

D) Foi uma doutrina desenvolvida exclusivamente na Península Ibérica e sustentava que o desenvolvimento econômico era obtido graças ao comércio e à produção de gêneros agrícolas.

E) Tratou-se de um conjunto de ideias sociais que confrontava os privilégios da nobreza e do clero em defesa dos interesses dos setores mercantis e manufatureiros.

16. (Fgv / 2003 - Modelo Militares)

A respeito de Portugal durante a época Moderna, é CORRETO afirmar:

A) A montagem do vasto império ultramarino esteve ligada ao fortalecimento dos setores aristocráticos que dominavam os principais postos e funções do Estado lusitano.

B) A vinculação à monarquia espanhola durante a União Ibérica (1580-1640) estimulou o movimento republicano vitorioso na revolta de 1640.

C) Vantajosos tratados econômicos foram estabelecidos com a Inglaterra, desde o século XVII, o que garantiu a prosperidade da economia portuguesa durante a crise do Antigo Sistema Colonial.

D) Durante a União Ibérica (1580-1640), estreitou-se ainda mais a parceria entre os portugueses e os holandeses, que financiavam e distribuíam na Europa os produtos coloniais brasileiros.

E) Ao contrário das demais sociedades europeias, o Antigo Regime português caracterizou-se pela ausência de conflitos religiosos e pelo interesse na produção cultural estrangeira.

17. (FGV / 2003 - Modelo Militares)

"Daqui nasce um dilema: é melhor ser amado que temido, ou o inverso? Respondo que seria preferível ser ambas as coisas, mas, como é muito difícil conciliá-las, parece-me muito mais seguro ser temido do que amado, se só se puder ser uma delas(...)."

(MAQUIAVEL, N., "O Príncipe". 2a ed., Trad., Mira-Sintra - Mem Martins, Ed. Europa-América, 1976, p.89.)

A respeito do pensamento político de Maquiavel, é correto afirmar:

A) Mantinha uma nítida vinculação entre a política e os princípios morais do cristianismo.

B) Apresentava uma clara defesa da representação popular e dos ideais democráticos.

C) Servia de base para a ofensiva da Igreja em confronto com os poderes civis na Itália.

D) Sustentava que o objetivo de um governante era a conquista e a manutenção do poder.

E) Censurava qualquer tipo de ação violenta por parte dos governantes contra seus súditos.

18. (FGV / 2003 - Modelo Militares)

O mercantilismo correspondeu a:

A) um conjunto de práticas e ideias econômicas baseadas em princípios protecionistas.

B) uma teoria econômica defensora das livres práticas comerciais entre os diversos países.

C) um movimento do século XVII que defendia a mercantilização dos escravos africanos.

D) uma doutrina econômica defensora da não intervenção do Estado na economia.

E) uma política econômica, especificamente ibérica de defesa de seus interesses coloniais.

19. (FGV / 2001 - Modelo Militares)

"O fim último, causa final de desígnio dos homens (que amam naturalmente a liberdade e o domínio sobre os outros), ao introduzir aquela restrição sobre si mesmos sob a qual os vemos viver nos Estados, é o cuidado com sua própria conservação e com uma vida mais satisfeita. Quer dizer, o desejo de sair daquela mísera condição de guerra que é a consequência necessária (...) das paixões naturais dos homens, quando não há um poder visível capaz de os manter em respeito, forçando-os, por medo do castigo, ao cumprimento de seus pactos e ao respeito àquelas leis da natureza (...)."

(HOBBES, Thomas. "Leviatã")

A partir do texto acima podemos afirmar que:

A) o fim último dos homens é a vida em liberdade e a guerra social;

B) para terem uma vida mais satisfeita e cuidarem de sua conservação, os homens têm que dominar uns aos outros;

C) por amar a liberdade, o homem tem que sair da condição de guerra, consolidando leis de forma democrática;

D) para se conservarem, os homens restringem a própria liberdade;

E) a democracia, como forma de governo é a única garantia da conservação dos homens frente ao estado de guerra total.

20. (FGV / 2001 - Modelo Militares)

Leia atentamente as afirmações abaixo, sobre mercantilismo, e assinale a alternativa correta.

I. São característica essenciais do mercantilismo: o monopólio, o protecionismo e a balança comercial favorável.

II. O objetivo fundamental do mercantilismo, como política de acumulação de capitais, é a livre concorrência sem a intervenção do Estado-nação.

III. As medidas da política econômica mercantilista foram idênticas em todos os países da Europa durante os séculos XVI, XVII e XVIII.

IV. O Pacto Colonial está no contexto das práticas mercantilistas.

V. O insucesso da política mercantilista expressa-se pela permanência da política bulionista por três séculos.

A) apenas I e III estão corretas;

B) apenas II e IV estão corretas;

C) apenas II e V estão corretas;

D) apenas III e V estão corretas;

E) apenas I e IV estão corretas.

21. (FGV / 1995 - Modelo Militares)

O metalismo, a doutrina da balança comercial favorável, o industrialismo, o protecionismo e o colonialismo constituem as características básicas do:

A) Neoliberalismo.

B) Intervencionismo.

C) Socialismo.

D) Liberalismo.

E) Mercantilismo.

Gabarito

1. Alternativa D
2. Alternativa E
3. Alternativa A
4. Alternativa E
5. Alternativa B
6. Alternativa A
7. Alternativa C
8. Alternativa B
9. Alternativa C
10. Alternativa D
11. Alternativa D
12. Alternativa B
13. Alternativa E
14. Alternativa E
15. Alternativa A
16. Alternativa A
17. Alternativa D
18. Alternativa A
19. Alternativa D
20. Alternativa E
21. Alternativa E

4.1. Referências Usadas nos Comentários das Questões

AMES, José Luiz. Religião e política no pensamento de Maquiavel. **Kriterion**: Revista de Filosofia, Belo Horizonte, v. 47, n. 113, jun. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-512X2006000100003>. Acesso em: 20 nov. 2018.

ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado Absolutista.** 3. ed. 1ª reimpressão. SãoPaulo: Brasiliense. 1998.

AS GRANDES DOUTRINAS ECONÔMICAS. Disponível em: <https://www.fep.up.pt/docentes/joao/material/grandes_doutrinas.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2018.

BONCIANI, Rodrigo Faustinoni. **Poder régio em mutação:** expansão atlântica e alianças ibéricas no fim do século XV. 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/66538>. Acesso em: 21 nov. 2018.

BRASIL. Constituição (1824). Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824. Manda observar a Constituição Política do Império, oferecida e jurada por Sua Majestade o Imperador. Rio de Janeiro, 25 mar. 1824. Disponível em: <http://www.monarquia.org.br/PDFs/CONSTITUICAODOIMPERIO.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2018.

CAMPOS, Wellington José. O Absolutismo e a formação dos Estados Nacionais. **Revista História, Imagem e Narrativas**, São Carlos, n. 8, 36 p., abr. 2009. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/33540-43418-1-PB.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2018.

CENCI, Ana Righi; BEDIN, Gabriel de Lima; FISCHER, Ricardo Santi. DO LIBERALISMO AO INTERVENCIONISMO: O ESTADO COMO PROTAGONISTA DA (DES)REGULAÇÃO ECONÔMICA. **Constituição, Economia e Desenvolvimento**: Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional, Curitiba, n. 4, p.77-97, 2011. Semestral. Disponível em: <http://www.abdconst.com.br/revista5/cenci.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2018.

COELHO, Maria Francisca Pinheiro; MENEZES, Marilde Loiola de. A política da guerra em Maquiavel. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 12, p.127-153, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n12/n12a06.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2018.

COSTA, Keilla Renata. **Fisiocracia:** Brasil Escola. Disponível em <https://brasilescola.uol.com.br/economia/fisiocracia.htm>. Acesso em 21 de novembro de 2018.

D'ASSUNÇÃO BARROS, José. Revisando uma polêmica: as teses de Henri Pirenne sobre a Economia Medieval. **Revista Economia e Desenvolvimento**, Santa Maria, v. 26, n. 2, p.43-55, dez. 2014.

Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/eed/article/download/14971/pdf>. Acesso em: 19 nov. 2018.

DIANA. **Mercantilismo na Inglaterra.** 2009. Disponível em: <http://dianacbt.blogspot.com/2009/11/mercantilismo-na-inglaterra.html>. Acesso em: 20 nov. 2018.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. Neoliberalismo - Neo-imperialismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 1, p.1-19, abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v16n1/a01v16n1.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2018.

FIORI, José Luís. **O jeito inglês de contar a história.** 2006. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/fiori160806_1_.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2018.

GAMEIRO, António Ribeiro. Maquiavel: Do Político Virtuoso ao Bom Governo. **Revista Lusófona de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais**, [S.I.], v. 13, p.99-117, 2013. Disponível em: <http://recil.ulusofona.pt/bitstream/handle/10437/6091/res_13_06.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 nov. 2018.

GARCIA, Rodolfo. **Os judeus no Brasil colonial.** [1937]. Disponível em: <https://library.albany.edu/preservation/brittle_bks/Peixoto_JudeusBrasil/chpt1.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2018.

GONÇALVES, Rainer. **Mercantilismo.** História do Mundo. Disponível em: <https://historiadomundo.uol.com.br/idade-moderna/mercantilismo.htm>. Acesso em: 20 nov. 2018.

GUERRA, Luiz Antonio. **Liberalismo.** Disponível em: <https://www.infoescola.com/filosofia/liberalismo/>. Acesso em: 21 nov. 2018.

MARTINS, Guilherme de Oliveira. Socialismo. In: MARQUES, António; CAMPOS, André Santos. **Dicionário de Filosofia Moral e Política.** [S.I.]: Ifilnova, 2017. p. 1-8. Disponível em: <http://www.ifilnova.pt/file/uploads/599317f95dd15a41e16bda58d2538744.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2018.

MEDEIROS, Alexsandro M. **Nicolau Maquiavel.** 2014. Disponível em: <https://www.sabedoriapolitica.com.br/filosofia-politica/filosofia-moderna/o-principe/maquiavel/>. Acesso em: 20 nov. 2018.

PACIEVITCH, Thais. **Monopólio.** Disponível em: <https://www.infoescola.com/economia/monopólio/>. Acesso em: 21 nov. 2018.

PINHEIRO, Paula Moura. **Como os Judeus viveram em Tomar até ao século XV.** 2015. Disponível em: <http://ensina.rtp.pt/artigo/como-os-judeus-viveram-em-tomar-ate-ao-seculo-xvi/>. Acesso em: 22 nov. 2018.

PISSURNO, Fernanda Paixão. **Iluminismo.** Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/iluminismo/>. Acesso em: 21 nov. 2018.

PRADO, Edilaine Cristina do. **O Pacto Colonial e a Colonização do Brasil.** Janela Econômica. Disponível em: <http://www.santacruz.br/v4/download/janela-economica/2008/2-o-pacto-colonial.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2018.

RIOS, José Arthur. A TRADIÇÃO MERCANTILISTA NA FORMAÇÃO BRASILEIRA. **Rev. Bras. Econ.**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p.255-272, 1972. Trimestral. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/85/2904>. Acesso em: 20 nov. 2018.

SANTOS, António Marques dos. Mercantilismo/Mercantilismos. **Estudos em Memória**, Coimbra, Portugal, p.393-422. Livraria Almedina: 2005. Disponível em: <https://www.fd.uc.pt/~anunes/pdfs/prefacio_15.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2018.

SCHIAVINATO, Rodrigo Barbosa. Centralização judiciária do reino português nos séculos XIII e XIV: questões práticas e teóricas. **Revista Urutágua**, Maringá, n. 17, p.94-104, mar. 2009. Disponível em: <ojs.uem.br/ojs/index.php/Urutagua/article/download/3701/3805>. Acesso em: 22 nov. 2018.

Silva, Janice Theodoro. **Descobrimentos e Colonização.** São Paulo: Editora Ática, 1987.

SILVA, Karla Maria da. A **crise da economia colonial:** as dimensões internas das práticas mercantilistas nos escritos de Brito e de Vilhena. 2007. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93406/silva_km_me_assis.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 nov. 2018.

SOUSA, Rainer Gonçalves. "O mercantilismo britânico"; *Brasil Escola*. [S.I.]. Disponível em <https://brasilescola.uol.com.br/historiag/o-mercantilismo-britanico.htm>. Acesso em 20 de novembro de 2018.

WINTER, Lairton Moacir. A concepção de Estado e de A concepção de Estado e de poder político em Maquiavel poder político em Maquiavel poder político em Maquiavel. **Tempo da Ciência**, [S.I.], v. 25, n. 13, p.117-128, 2006. Semestral. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/viewFile/1532/1250>. Acesso em: 20 nov. 2018.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Muito bem, querido aluno. Se você chegou até aqui é um bom sinal: o de que tentou praticar todos os exercícios. Não se esqueça da importância de ler a teoria completa e sempre consultá-la. Não se esqueça, também, dos seus objetivos e dedique-se com toda a força para alcançá-los. Sonhe alto, pois "quem sente o impulso de voar, nunca mais se contentará em rastejar". Encontro você na nossa próxima aula.

Bons estudos, um grande abraço e foco no sucesso.

Até logo...

Prof. Sérgio Henrique Lima Reis.

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:
PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1.

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.

2.

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).

3.

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4.

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5.

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6.

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7.

Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.

8.

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.

Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.